





Orgãos Sociais	4
Direcção e Rede Comercial	7
Carta do Conselho de Administração	13
Principais Indicadores	19
Considerações Gerais	23
Síntese da Actividade	35
Actividade Bancária	39
Gestão dos Meios	53
Relações Internacionais	69
Actividades no Âmbito da Responsabilidade Social	73
Micro-Crédito	79
Análise da Rendibilidade	85
Proposta de Aplicação de Resultados	93
Notas Finais	99
Balanço e Demontração de Resultados	105
Anexos às Demonstrações Financeiras	111
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	143
Relatório dos Auditores Externos	145





# ORGÃOS SOCIAIS



### Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Dr. José da Silva Lopes (CEMG)
Vice-Presidente	Sr. Marcos Fortunato Oliveira (INPS)
Primeiro Secretário	Dra. Evelina Barreto dos Santos (INPS)
Segundo Secretário	Dr. António Pedro de Sá Alves Sameiro (CEMG)

### Conselho de Administração

Presidente	Dr. Eduardo José da Silva Farinha (CEMG)
Vice-Presidente	Dr. Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes (IMPAR)
Vogal	Dr. António Pereira Neves (INPS)
Vogal	Dr. Filinto Elísio Alves dos Santos (CCV)
Vogal	Dr. Francisco José Gonçalves Simões (CEMG)
Vogal	Dr. António Carlos Moreira Semedo
Vogal	Dr. Atelano João de Henrique Dias da Fonseca (INPS)

(\*) Cooptado na sessão do Conselho de 18 de Abril de 2007, em substituição do Dr. Alberto José dos Santos Ramalheira.

### Conselho Fiscal

Presidente	Dra. Eunice da Graça da Luz (CCV)
Vice-Presidente	Dr. Raimundo Duarte (IMPAR)
Vogal	Dr. Daniel do Rosário dos Santos (INPS)



The background of the slide is a composite image. At the top, there is a financial data table with 11 columns and 2 rows of numbers. Below the table is a line chart with two lines, one orange and one green, showing fluctuating data points. The bottom half of the image features a green-tinted area with silhouettes of several business professionals in suits, some holding mobile phones. The overall theme is business and commerce.

18.78	84.20	75.50	120.57	8.27	21.57	91.27	26.07	70.13	59
-7.1	-22	+1.28	+1.4	-0.04	-1.71	-95	-0.03	+5.4	+

# DIRECÇÃO E REDE COMERCIAL



Direcção Administrativa

Emanuel Évora Gomes

*Director*

Direcção de Informática

Jorge Henrique Lima

*Director*

Direcção Financeira e Internacional

Manuel Sanches Tavares Júnior

*Director Adjunto*

Direcção Comercial

Maria Júlia do Rosário Ferreira

*Directora*

Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária

Octávio Augusto Silva Melo

*Coordenador de Gabinete*

Direcção de Assuntos Jurídicos

Maria de Lourdes Lobo de Pina

*Directora*

Gabinete de Auditoria Interna

Antónia Maria Resende Cardoso

*Chefe de Serviço*

Gabinete de Marketing

Helder Manuel da Graça da Luz

*Chefe de Secção*

Gabinete de Organização e Qualidade

Célia Maria Barreto Santos

*Directora Adjunta*



Agência de Assomada	Arlindo Tavares de Melo <i>Gerente</i>
Agência de Praia-Achada de Santo António	Katia Antunes <i>Gerente</i>
Agência de Praia-Fazenda	Emanuel Andrade Semedo <i>Gerente</i>
Agência de Praia-Plateau	Tatiana Barbosa <i>Gerente</i>
Agência de Espargos	Júlia Maria T. Lopes dos Santos <i>Gerente</i>
Agência de Santa Maria (Sal)	Alcino Almeida <i>Gerente</i>
Agência de Aeroporto Amílcar Cabral (Sal)	Júlia Maria T. Lopes dos Santos <i>Gerente</i>
Agência de Mindelo-Av. 5 de Julho	Águeda Cardoso da Graça <i>Gerente</i>
Agência de Mindelo-Monte Sossego	Manuel Henrique Almeida <i>Gerente</i>
Agência de Ribeira Grande	Manuela Maria Santos Delgado <i>Gerente</i>



Agência de Palmarejo	Denise Santos <i>Gerente</i>
Agência de S. Filipe – Fogo	Lídia Marcelina Barbosa Vasconcelos <i>Gerente</i>
Agência da Calheta da S. Miguel	Julião Manuel Rocha Semedo <i>Sub-Gerente</i>
Agência de Aeroporto da Praia Agência do Centro Comercial Sucupira	Emanuel Andrade Semedo <i>Gerente</i>
Agência de Achada S. Felipe, Praia	João Carlos Barros <i>Assessor</i>
Agência do Tarrafal, S. Tiago	Arlindo Tavares de Melo <i>Gerente</i>
Agência Fonte Cónego	Manuel Henrique Almeida <i>Gerente</i>
Agência do Coculi, S. Antão	Manuela Maria Santos Delgado <i>Gerente</i>
Agência do Paúl, S. Antão	Manuela Maria Santos Delgado <i>Gerente</i>
Agência de Aeroporto da Boa Vista	Alcino Almeida <i>Gerente</i>



The background is a vibrant green with a complex pattern of yellow and orange geometric shapes, including triangles and polygons, some of which are outlined in white. In the upper left corner, there is a vertical list of numbers in a light green font, ranging from 1.800 to 2.168. The text "CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO" is centered in the middle of the image in a bold, white, sans-serif font.

# CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Estimados Accionistas, Clientes e Amigos

Apesar do crescimento económico registado em 2007, impulsionado pelas economias emergentes, o contexto internacional foi perturbado pelo eclodir da crise dos mercados financeiros internacionais, no terceiro trimestre do ano, em resultado dos problemas no sector do crédito hipotecário norte-americano, que rapidamente se espalharam pelos diversos mercados e zonas económicas.

O agudizar desta crise, no início deste ano, tem sido fonte de grande preocupação por parte das instituições financeiras, que têm observado um contínuo aumento das taxas de juro e a progressiva escassez dos meios de financiamento nos mercados interbancários e financeiros, em paralelo com fortes desvalorizações dos índices bolsistas e a persistência da crise de confiança por parte dos investidores, num clima de grande instabilidade e incerteza.

As notícias mais recentes dão conta de problemas, desvalorizações e mesmo falências de grandes instituições financeiras internacionais, que as intervenções das autoridades monetárias não foram capazes de evitar.

Esta crise, associada ao contínuo aumento do preço do petróleo e de outras matérias-primas e à desvalorização do dólar, deverá ter impactos desfavoráveis no crescimento económico internacional em 2008, perspectivando-se uma revisão em baixa das previsões, por parte dos organismos internacionais.

Neste mundo globalizado, e de grande interpenetração dos mercados, em que vivemos, nenhum país estará imune aos efeitos da crise, pese embora o seu grau de exposição possa determinar níveis diferenciados de impacto, tanto em dimensão como em timing.

Em 2007, os dados do desempenho económico e monetário de Cabo Verde foram favoráveis, apesar de alguma desaceleração do crescimento do PIB face a 2006, de 8,2% para 6,7%.

A inflação manteve-se controlada em 4,5%, embora se tenha verificado um acréscimo de liquidez na economia, por via do aumento das reservas internacionais líquidas, provenientes



do bom comportamento do sector do turismo e do investimento directo estrangeiro. Esse acréscimo de liquidez originou intervenções, por parte do Banco de Cabo Verde, em operações de open-market, com vista a limitar as pressões inflacionistas.

Neste contexto, foi possível à Caixa Económica obter crescimentos expressivos da actividade bancária com clientes, em linha com os objectivos e as orientações estratégicas definidas no Plano Estratégico 2005-2007. Os principais objectivos de crescimento fixados no plano foram alcançados, com um elevado nível de realização, designadamente, o crescimento do crédito, com uma taxa de concretização de 104%, dos depósitos, com 102%, do total do activo, com 101% e dos fundos próprios, com 93%, enquanto o crédito vencido ficou aquém do objectivo, com 111,9%, mas obteve uma evolução favorável.

A gestão do incumprimento tem constituído uma das principais áreas de atenção. As alterações introduzidas, em 2007, pelo Banco de Cabo Verde, nos critérios de classificação dos créditos vencidos e no regime de cálculo das respectivas provisões, vieram acentuar as preocupações com a gestão desta rubrica. Contudo, as acções desenvolvidas neste domínio permitiram reduzir o saldo de crédito vencido e os seus impactos nos resultados. No entanto, o crédito em incumprimento continuará a ser uma área de grande relevância estratégica para a CECV.

O dinamismo da actividade foi alavancado pela estratégia de crescimento orgânico que tem vindo a ser concretizada, com a expansão da rede de balcões, que já atinge 23, e o alargamento da base de clientes, em mais 17.177 novos clientes em 2007, o que representa um crescimento de cerca de 15%.

Os Resultados Líquidos de 2007 obtiveram um notável acréscimo de 69,2% face ao ano anterior, atingindo 471,670 mil contos.

O exercício de 2007 e a concretização do Plano Estratégico encerram um ciclo de gestão em que foi possível a expansão patrimonial da Caixa Económica, a melhoria dos seus indicadores de produtividade, de eficiência e de rendibilidade e o reforço do nível de provisionamento do crédito vencido, a par do fortalecimento do seu posicionamento competitivo.



Apesar das dificuldades e do trabalho ainda por fazer, podemos dizer que a instituição obteve uma melhoria das capacidades e das condições necessárias para fazer face aos inúmeros desafios que caracterizam os mercados abertos e competitivos dos nossos dias.

O empenho, a dedicação e a competência de todos, particularmente dos Colaboradores continuarão a constituir factores decisivos para o sucesso futuro, facto pelo qual aqui reafirmamos o nosso apreço e reconhecimento.

Março 2008

O Conselho de Administração

**Presidente -**

**Dr. Eduardo José da Silva Farinha**



**Vice-Presidente -**

**Dr. Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes**



**Vogal -**

**Dr. António Pereira Neves**



**Vogal -**

**Dr. Filinto Elísio Alves dos Santos**



**Vogal -**

**Dr. Francisco José Gonçalves Simões**



**Vogal -**

**Dr. António Carlos Moreira Semedo**



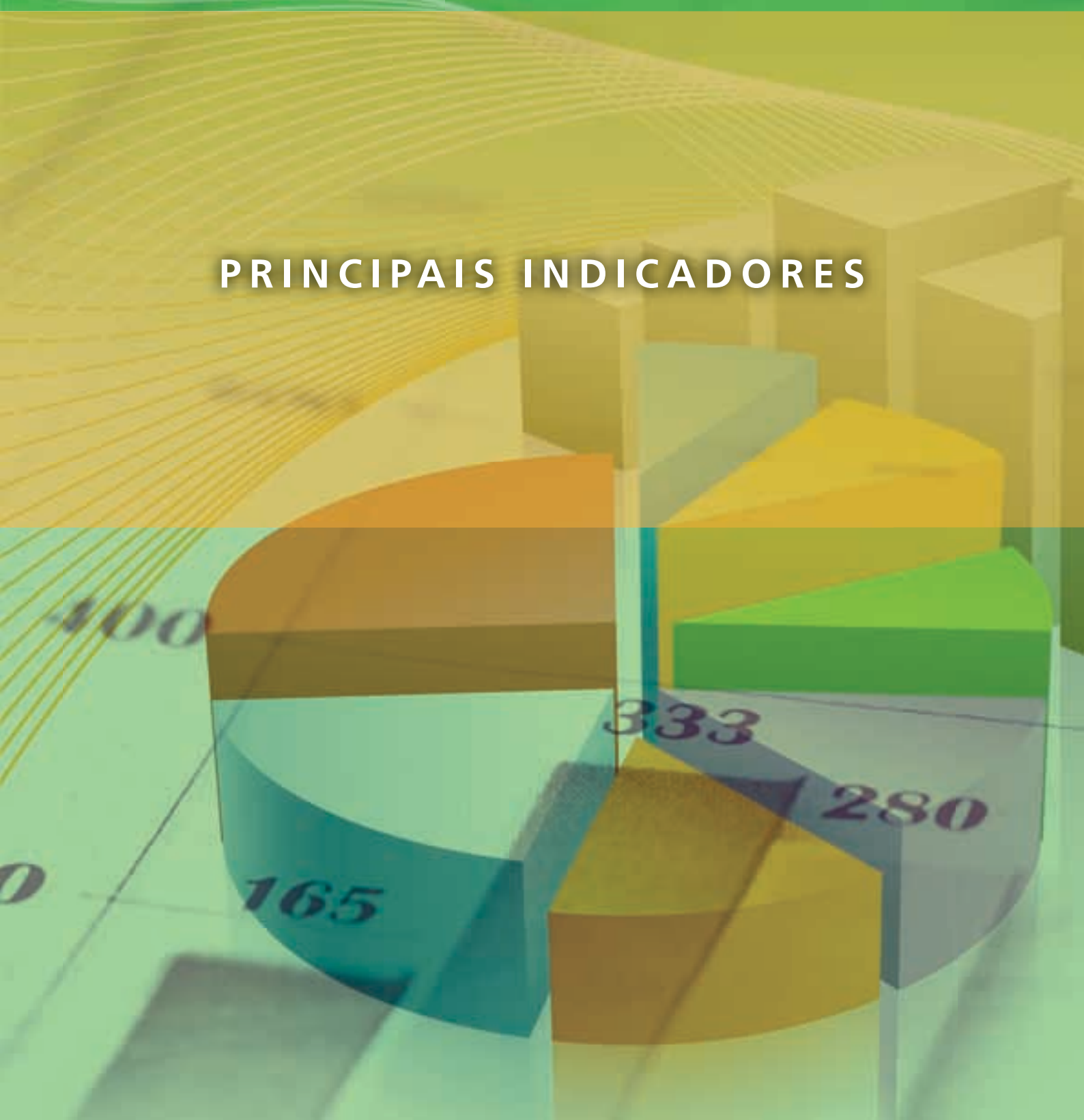
**Vogal -**

**Dr. Atelano João de Henrique Dias da Fonseca**





## PRINCIPAIS INDICADORES





Indicadores	Unidades	2007	2006
<b>1. Dimensão</b>			
Activo Líquido	Mil contos	26.984,7	25.439,1
Variação	%	6,1	23,4
Recursos Próprios (Capital, Reservas e Resultados)	Mil contos	2.053,7	1.696,9
Crédito sobre Clientes (líquido)	Mil contos	15.800,3	14.002,6
Depósitos de Clientes	Mil contos	23.924,0	22.137,1
Trabalhadores	Unidades	213	192
Agências e Outras Formas de Representação	Unidades	32	28
Agências	Unidades	23	15
Delegações nos Correios	Unidades	9	13
<b>2. Rendibilidade</b>			
Resultado Líquido do Exercício	Mil contos	471,7	278,8
Cash Flow do Exercício	Mil contos	719,1	469,6
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA)	%	1,80	1,21
Resultado do Exercício / Recursos Próprios Médios (ROE)	%	25,15	17,26
<b>3. Prudenciais</b>			
Rácio de Solvabilidade (BCV – Aviso 1/99)	%	10,7	11,2
Rácio do Imobilizado Líquido (Imobilizado / F. Próprios)	%	32,0	33,2
Provisões Crédito Vencido / Crédito e Juros Vencidos	%	93,1	81,5
<b>4. Funcionamento</b>			
Custos Operativos / Produto Bancário (Cost to Income)	%	56,2	66,8
Produto Bancário / N.º Médio de Trabalhadores	Contos	7.246	5.966
Cash Flow do Exercício / N.º Médio de Trabalhadores	Contos	3.559,9	2.683,5





# 1 • CONSIDERAÇÕES GERAIS



No cumprimento dos preceitos estatutários da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (CECV), vem o Conselho de Administração apresentar à Assembleia Geral o Relatório e as Contas, referentes ao Exercício de 2007.

## 1.1 Enquadramento das Actividades

### 1.1.1 Conjuntura Internacional

Em 2007, a actividade económica mundial apresentou um bom dinamismo, com um crescimento, em termos reais, de 4,9% (FMI), impulsionado pelo desempenho favorável das principais economias emergentes (China, Índia e Rússia).

Apesar da evolução global do ano ter sido positiva, a perturbação ocorrida nos mercados financeiros na segunda metade de 2007, ligada ao eclodir da crise do mercado hipotecário de alto risco (*subprime*) norte-americano, provocou uma desaceleração no crescimento das principais economias mundiais, no último trimestre do ano, com especial incidência nos EUA, cujo PIB, em termos anuais, passou de um crescimento de 2,9%, em 2006, para 2,2% em 2007.

Na Zona Euro, apesar da desaceleração da actividade no último trimestre de 2007, a crise financeira não terá tido um impacto tão significativo no conjunto do ano, tendo o PIB crescido a um nível muito semelhante ao de 2006, em torno de 2,7%.



As pressões inflacionistas constituíram riscos acrescidos para o mercado, em consequência da subida geral dos preços das matérias-primas e dos produtos energéticos.

O preço do petróleo registou uma trajectória ascendente durante grande parte do ano, batendo todos os máximos históricos, tendo o barril de “*brent*” ultrapassado os 95 USD.

Esta escalada do preço deveu-se essencialmente a dois factores: a instabilidade geopolítica verificada no Médio Oriente e a sucessiva e acentuada desvalorização do dólar americano, motivada pelo fraco desempenho da economia norte-americana.

Nos Estados Unidos, a taxa de inflação, em termos homólogos, situou-se em 4,1%, em Dezembro de 2007, contra 2,5%, em igual mês de 2006, enquanto que na Zona Euro atingiu 3,1% contra 1,9%, em idênticos períodos.

### 1.1.2 Conjuntura Nacional

De acordo com os últimos dados do Banco de Cabo Verde, a actividade económica cabo-verdiana manteve um bom ritmo de crescimento em 2007, com o PIB a atingir um acréscimo real de 6,7%.

O comportamento positivo da economia traduziu o bom desempenho do investimento (+14,8%), essencialmente da componente privada, e do Consumo das Famílias (+7,9%), dado o contributo negativo da procura externa líquida, associado à desaceleração significativa das exportações, de 30,9%, em 2006, para 12,2%, em 2007.



Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, a taxa de inflação média anual situou-se em 4,5%, reflectindo os efeitos do aumento do preço dos combustíveis e da subida dos preços dos bens alimentares, provocada pelo mau ano agrícola.

Ao nível dos agregados monetários e de crédito verificou-se um crescimento de 0,6% do Crédito Interno, de 9,7% da Massa Monetária e de 15,5% do Crédito à Economia, segundo fontes do Banco Central.

Ainda segundo a mesma fonte, os Activos Externos Líquidos do Banco Central registaram um crescimento de 35,2%, enquanto o Activo Externo dos bancos comerciais registou uma diminuição de 30,2%, como consequência das operações de mercado de capitais realizadas através da Bolsa de Valores, nomeadamente a venda das obrigações da Electra, o que obrigou as instituições bancárias a transferir para Cabo Verde as suas disponibilidades no exterior.

A primeira metade do ano de 2007 caracterizou-se pelo excesso de liquidez no sistema bancário, a qual foi sendo absorvida pelo Banco Central através da colocação no mercado de títulos próprios (TRM e TIM), por forma a minimizar os riscos para a estabilidade dos preços.

Assim, já em meados de Novembro de 2007, houve no sistema bancário os primeiros sinais de esterilização da liquidez.

O défice orçamental, incluindo donativos, deverá reduzir-se de forma substancial, para 0,9% do PIB, contra os 5,3% registados em 2006, traduzindo uma redução das despesas totais do estado, em cerca de 4,8%, a par de um aumento das receitas, de 8,3%.



O Rácio da Dívida Interna deverá registar uma descida acentuada, passando de 29,8% do PIB, para 24,9%, como resultado da política de redução do stock da dívida interna, traduzida na liquidação de atrasados, no âmbito do PSI (Policy Support Instruments) assinado com o FMI.

Assim o recurso ao endividamento interno, através de Bilhetes e Obrigações de Tesouro, foi muito reduzido e destinado essencialmente ao reembolso dos títulos vencidos.

A Dívida Externa deverá crescer cerca de 7% em 2007, contra uma redução de 9% em 2006.

O crescimento previsto para 2007 deve-se ao aumento do endividamento por parte do Estado em 5% e ao aumento do endividamento do sector privado em cerca 19%. A redução verificada em 2006 deveu-se à compra da dívida externa da Electra pelo sistema bancário nacional.

## Indicadores da Economia Cabo-Verdiana

Designação	2007	2006	2005
Produto Interno Bruto (t.v.r.)	6,7%	8,2%	5,6%
Inflação (t.v.m.a.)	4,5%	5,4%	0,4%
Crédito Interno Total (t.v.h.)	0,6%	17,1%	5,0%
Massa Monetária (t.v.h.)	9,7%	18,7%	15,6%

*Fonte: Boletim Económico de Fevereiro de 2008 do Banco de Cabo Verde*



Ao nível da intervenção do Banco Central, destaca-se a alteração do método de fixação e do nível das taxas do Banco de Cabo Verde e a descida, em um ponto percentual, da taxa das Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC).

Assim, com efeito a partir do mês de Fevereiro de 2007, passaram a vigorar as seguintes taxas:

- A Taxa de Redesconto passou de 8.5% para 6,0%;
- A Facilidade Permanente de Cedência passou de 7,5% para 7,0%;
- A Taxa de Regulação Monetária (TRM) ficou inalterada, em 4,0%
- A Facilidade Permanente de depósito passou de 1,0% para 1,5%.
- A taxa das Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC) passou de 15% para 14%, a partir da segunda quinzena do mês de Abril.

Entrou em vigor um novo sistema de classificação de créditos e de constituição de provisões para crédito vencido, alterando significativamente as regras de constituição de provisões, penalizando severamente o crédito em incumprimento.

Ao nível da supervisão bancária, o exercício ficou marcado pela aprovação de uma série de normas, sendo a maioria delas enquadradas no projecto de introdução das Normas Internacionais do Relato Financeiro (NIRF).

A maioria dessas regras vem aumentar o nível de exigências, tanto em termos de organização interna, como em termos de indicadores prudenciais.





Assim foram aprovadas as seguintes normas:

- **Novo método de cálculo do Rácio de Solvabilidade, aumentando significativamente as exigências em termos de Fundos Próprios, por parte dos bancos;**
- **Introdução das Normas Internacionais de Relato Financeiro;**
- **Fundos Próprios das Instituições de Crédito;**
- **Limites de Concentração de Risco de Crédito;**
- **Liquidez e Cobertura de responsabilidade;**
- **Eliminação de restrições de pagamentos através de cartão de crédito e de débito.**

Fruto da forte concorrência existente no mercado, as taxas de juro das operações activas continuaram a descer, atingindo, em certas operações, níveis excessivamente baixos, diminuindo consideravelmente a margem financeira dos bancos.

O BCA começou a efectuar as operações de Western Union, com impacto nas comissões recebidas e na quota de mercado da Caixa neste segmento de mercado.



## 1.2 Caixa Económica

O ano 2007 foi um exercício histórico para a Caixa Económica, tanto no alargamento da rede comercial, como nos Resultados do Exercício.

O Resultado Bruto do exercício ultrapassou os 630 mil contos, sendo de destacar a evolução favorável da margem financeira.

A Caixa inaugurou oito pontos de atendimento, em 5 ilhas diferentes, alargando consideravelmente a sua rede de distribuição, permitindo por um lado, minimizar os constrangimentos relacionados com o atendimento em certos mercados e, por outro lado, a cobertura de novas localidades, deficientemente providos de serviços bancários.

De salientar a abertura, na Cidade da Praia, de um balcão destinado ao segmento de empresas e a abertura do primeiro balcão da Caixa na Ilha Boa Vista, ilha com enormes potencialidades futuras no âmbito das operações bancárias ligadas ao desenvolvimento do turismo, e com boas oportunidades na área das operações de transferências do exterior e das operações de Western Union.

Foram criados novos produtos de poupanças com vista a melhorar o nível de liquidez da Instituição, nomeadamente, a Conta Caixa Super Emigrante, depósito a prazo de dois anos destinado aos emigrantes e a conta Caixa Super Rendimento, depósito a prazo de dois anos destinados aos residentes.

Ao nível do crédito, criou-se a conta Caixa Profissional liberal, visando financiar os profissionais liberais e empresários em nome individual, nas áreas de mecânica, electricidade, moda, entre outras, em condições mais atractivas.



Foram ainda definidas as condições para o financiamento de crédito habitação a não residentes.

O serviço de pagamento de serviços (Telefone, Seguros, etc.) foi dinamizado.

A Caixa, na sequência da evolução da concorrência, procedeu à introdução de flexibilidades acrescidas na negociação das taxas de juro das operações activas e passivas.

Relativamente à área da organização e procedimentos, é de apontar a entrada em funcionamento da Direcção Operacional, com um duplo objectivo, por um lado, libertar as agências das actividades não comerciais, tendo em vista a melhoria da qualidade do atendimento e do serviço prestado em geral, e por outro, corrigir a base de dados da Instituição visando a melhoria da qualidade das informações destinadas ao Banco Central e à gestão.

### 1.3 Principais Aspectos Institucionais

A nível dos Órgãos Sociais, procedeu-se à cooptação do novo representante da Caixa Económica Montepio Geral, no Cargo de Presidente do Conselho de Administração da Instituição, passando o mesmo a ser preenchido pelo Dr. Eduardo José da Silva Farinha, em substituição do Dr. Alberto José dos Santos Ramalheira, que vinha exercendo o cargo desde 1999, com elevada dignidade, sentido de responsabilidade e fidelidade aos interesses da instituição, tornando-se, assim, credor do respeito, consideração e estima de todos.



O capital social da CECV encontra-se distribuído pela forma indicada no quadro abaixo, estando admitido à cotação, na Bolsa de Valores de Cabo Verde, um volume de acções que representa 60% do seu capital social.

A cotação das acções continua a 6.100\$00.

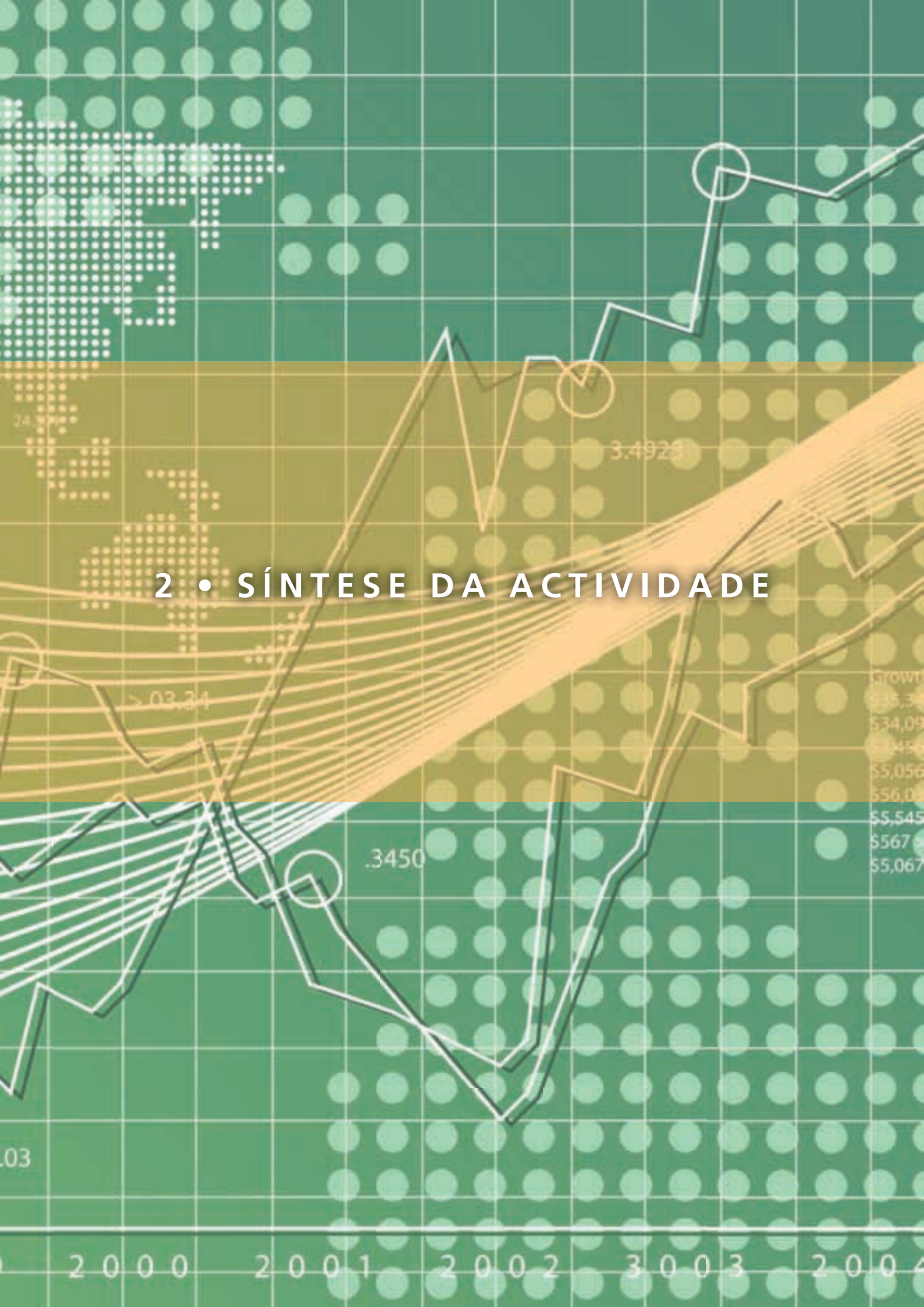
### Distribuição do Capital Social

Entidade	Nº de Acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	109.390	31,4%
Montepio Geral - Associação Mutualista	61.272	17,6%
Correios de Cabo Verde	52.160	15,0%
Impar – Companhia Caboverdiana de Seguros	39.247	11,3%
Caixa Económica Montepio Geral	34.204	9,8%
Grupo Local *	25.166	7,2%
Outros Subscritores	22.904	6,6%
Trabalhadores	3.657	1,1%
<b>Total</b>	<b>348.000</b>	<b>100,0%</b>

*\*Grupo de 51 empresários e quadros nacionais*



## 2 • SÍNTESE DA ACTIVIDADE





No ano de 2007, o desempenho da Caixa Económica de Cabo Verde foi globalmente positivo, tendo sido ultrapassados os objectivos traçados para o crescimento do Crédito e para os Resultados de Exercício.

Os Depósitos de Clientes registaram um crescimento de 7,9%, atingindo 23.828.742 contos, contra 22.081.805 contos registados em 31 de Dezembro de 2006.

O Crédito Bruto total observou um aumento de 19,7%, alcançando os 17.567.301 contos em 2007.

A Quota de mercado dos Depósitos Totais da Caixa Económica, situou-se em 26,6%, no final de 2007, contra 28,3% em 2006.

No Crédito, a Caixa Económica registou ganhos de quota de mercado, com a quota do Crédito Interno a fixar-se em 28,3%, o que compara com 26,3% em 2006 e a quota do Crédito à Economia em 35,0%, o que representou um ganho de +1 p.p., face ao ano anterior.

A quota de mercado global (Depósitos + Créditos), não sofreu variação em relação a 2006, situando-se nos 27,4%.

O Activo Líquido cresceu 6,1%, atingindo 26.984.660 contos em Dezembro de 2007, contra 25.439.090 contos em 2006.

O Resultado Líquido do Exercício foi de 471.670 contos, o que representou um crescimento expressivo de 69,18% em relação a 2006. Consequentemente, a rentabilidade do activo (ROA) ascendeu a 1,75%, e a rentabilidade dos Recursos Próprios (ROE), foi de 25,13% (1,10% e 17,3%, respectivamente, em 2006).

A qualidade do crédito melhorou em relação a 2006, passando o rácio do crédito vencido de 5,58% para 3,75%, em 2007 (aviso 9/99).

O Rácio de Solvabilidade baixou de 11,2% em 2006 para 10,7% em 2007, como consequência directa do crescimento do crédito concedido.





## 3 • ACTIVIDADE BANCÁRIA



### 3.1 Depósitos

Os Depósitos Totais em 2007 atingiram o valor de 23.828.742 contos, contra 22.081.805 contos em 2006, o que representou um aumento de 7,91%.

O maior crescimento verificou-se ao nível dos Depósitos a Prazo de Residentes, com um acréscimo de 24,61%, ou seja, mais 1.058.964 contos.

Por contraste, os Depósitos dos Emigrantes, importante motor do crescimento dos depósitos nos anos anteriores, apresentaram um crescimento mais moderado, tendo aumentado, no seu todo, 6,3%. Os Depósitos a Prazo Emigrante registaram um aumento ligeiro de apenas 3,06% (-4,6 p.p., face ao crescimento do ano anterior). Fruto desta evolução, a quota dos Depósitos de Emigrantes no total passou de 32,8%, em 2006, para 32,3%, em 2007.

#### Evolução Depósitos Emigrantes e Residentes

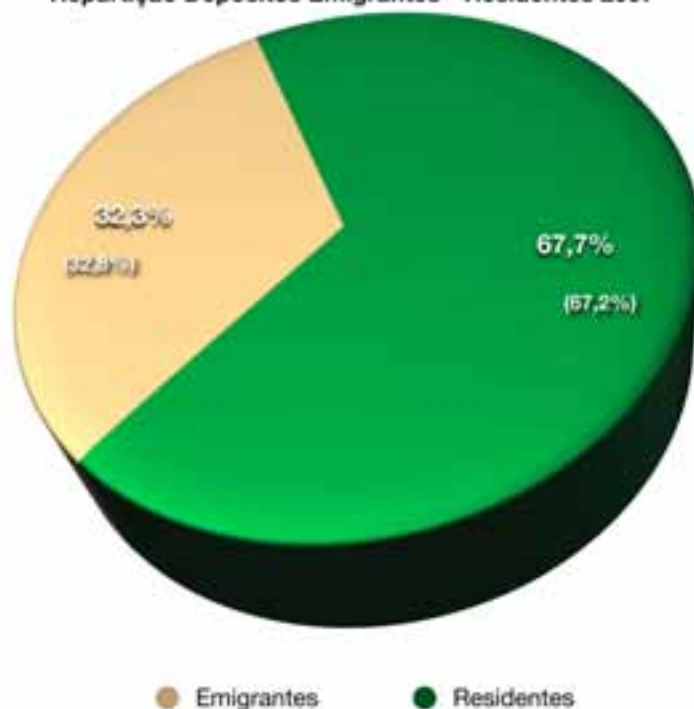
(Milhares de Escudos)

Depósitos	31-Dez-2007 Realizado	31-Dez-2006 Realizado	Crescimento 2007 Valor	%
<b>Residentes</b>				
Depósito à Ordem	10.771.817	10.428.616	343.201	3,29%
Depósito a prazo	5.361.319	4.302.355	1.058.964	24,61%
Bilhetes Tesouro	0	108.000	-108.000	-100,00%
Total Residentes	16.133.136	14.838.971	1.294.165	8,72%
<b>Emigrantes</b>				
Depósito a Ordem	1.077.423	820.943	256.480	31,24%
Depósito a Prazo	6.618.184	6.421.890	196.294	3,06%
Total Emigrantes	7.695.607	7.242.834	452.773	6,25%
<b>Depósitos Totais</b>	<b>23.828.743</b>	<b>22.081.805</b>	<b>1.746.938</b>	<b>7,91%</b>





Repartição Depósitos Emigrantes - Residentes 2007



Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2006.

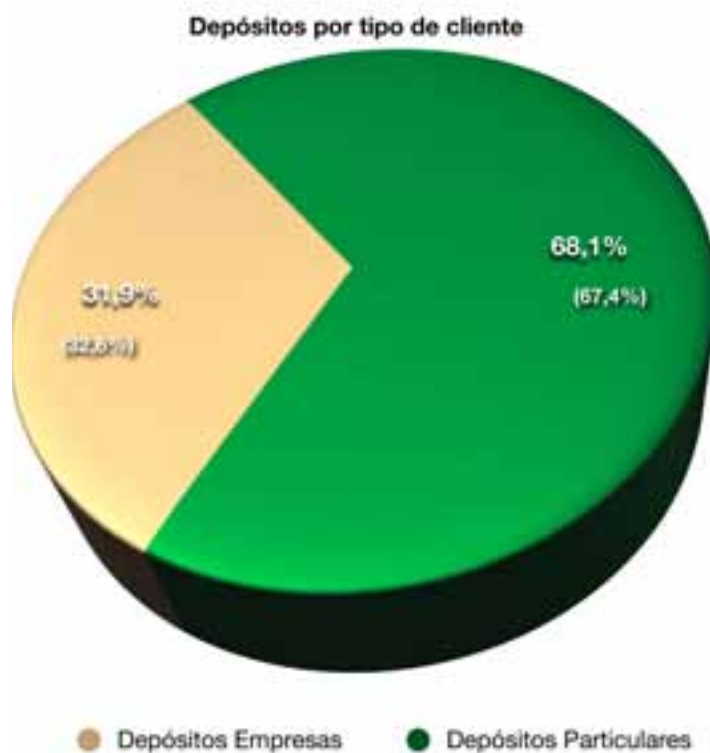
### Depósitos das Empresas e dos Particulares

(Milhares de Escudos)

Depósitos	31-Dez-2007	31-Dez-2006	Crescimento 2007	%
	Realizado	Realizado		
Depósitos Particulares	16.220.516	14.893.496	1.327.019	8,91%
Depósitos Empresas	7.608.227	7.188.308	419.919	5,84%
<b>Total</b>	<b>23.828.743</b>	<b>22.081.805</b>	<b>1.746.938</b>	<b>7,91%</b>

A quota parte dos depósitos das empresas nos depósitos totais sofreu uma diminuição em relação ao ano anterior, passando de 32,6% em 2006 para 31,9% em 2007.





*Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2006.*

### 3.2 Crédito

A Instituição manteve elevados níveis de crescimento da actividade creditícia em 2007. O Crédito Bruto total atingiu o montante de 17.567.301 contos, incluindo 1.154.081 contos de obrigações de empresas, o que representou um aumento de 2.897.198 contos (+19,75%, face a 2006).

Em 31 de Dezembro 2007, procedeu-se, no quadro da nova legislação do Banco Central sobre a Classificação do Crédito e Constituição de Provisões, ao abatimento dos créditos em classe V há mais de seis meses e provisionado a 100%, no valor total de 381.121 contos.





De realçar, durante o exercício de 2007, a emissão, em bolsa das obrigações da Electra, enquadrada no processo de negociação da sua dívida com a EDP de Portugal, o que constituiu uma excelente oportunidade de aplicação para os bancos nacionais.

Assim a Caixa conseguiu aplicar 954.081 contos nessas obrigações, o que contribuiu significativamente para o crescimento verificado ao nível das aplicações.

O Crédito às Empresas aumentou 27,71%, enquanto o crédito a particulares cresceu 15,31%. Neste contexto, o peso do crédito às empresas no crédito total, subiu para 38,2% (35,8%, em 2006).

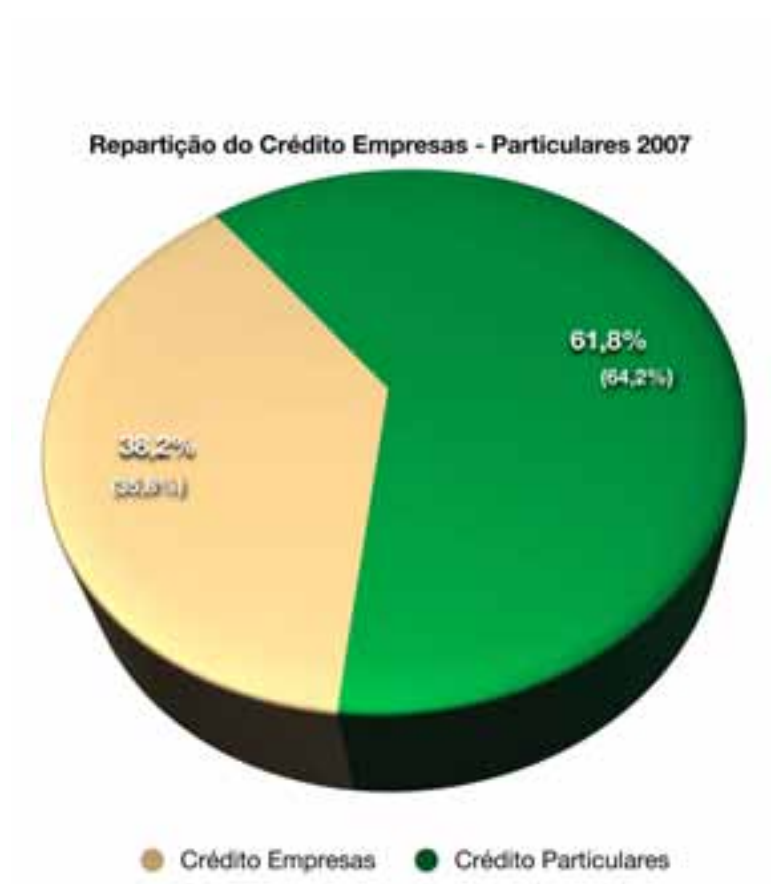
No segmento Crédito a Particulares, o destaque vai para o Crédito à Habitação, cujo crescimento foi de 781.236 contos (+11,99%).

### Evolução do Crédito Bruto

(Milhares de Escudos)

Créditos	31-Dez-2007 Realizado	31-Dez-2006 Realizado	Crescimento 2007 Valor	%
<b>Particulares</b>				
Habitação	7.298.090	6.516.855	781.236	11,99%
Outros Fins	3.559.376	2.898.823	660.552	22,79%
<b>Total Particulares</b>	<b>10.857.466</b>	<b>9.415.678</b>	<b>1.441.788</b>	<b>15,31%</b>
<b>Empresas</b>				
Investimento	5.115.624	4.005.563	1.110.061	27,71%
Tesouraria	1.594.211	1.248.861	345.349	27,65%
<b>Total Empresas</b>	<b>6.709.835</b>	<b>5.254.425</b>	<b>1.455.410</b>	<b>27,70%</b>
<b>Total Créditos</b>	<b>17.567.301</b>	<b>14.670.103</b>	<b>2.897.198</b>	<b>19,75%</b>

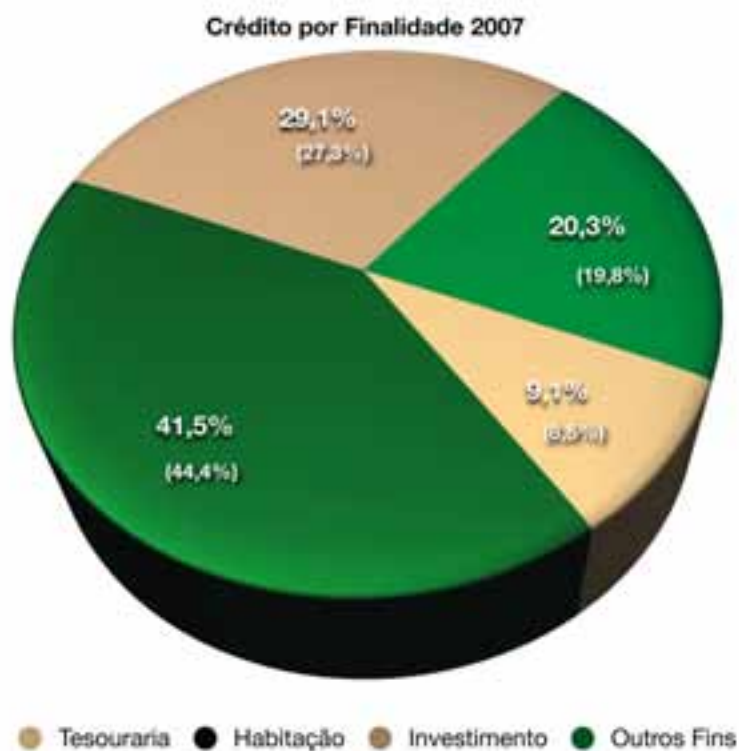




*Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2006.*

Apesar da importância crescente do Crédito à Tesouraria e do Crédito para Outros Fins, o Crédito à Habitação continuou a ser a maior componente da carteira de crédito da Caixa (41,5%), não obstante a diminuição do seu peso em relação ao ano de 2006.





Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2006.

A distribuição do crédito em situação normal por maturidade mostra que o crédito a médio longo prazo (maturidade superior a 1 ano) constituía 94,7% do total, no final de 2007.

### Evolução de Crédito Normal por Prazos

(Milhares de Escudos)

Designação	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Curto Prazo	893.905	5,3	1.578.519	11,4	-684.614	-43,4
Médio Longo Prazo	16.048.214	94,7	12.272.677	88,6	3.775.537	30,8
<b>Total</b>	<b>16.942.119</b>	<b>100,0</b>	<b>13.851.196</b>	<b>100,0</b>	<b>3.090.923</b>	<b>22,3</b>



Com as alterações ocorridas na contabilização dos créditos, as prestações vincendas dos créditos em situação irregular passaram a estar contabilizadas como vencidas. Assim, 2.716.205 contos passaram da situação de Normal para Vencida. Para efeito de comparação, utilizamos os mesmos critérios de Crédito Normal que os utilizados em 2006.

Em termos de contratação de créditos, constatamos que durante o exercício de 2007 foram realizados 6.275 contratos de crédito, no valor total de 5.861.916\$00, valor sensivelmente igual ao registado em 2006.

É de realçar um forte decréscimo a nível do Crédito à Tesouraria (-16,2%).

### Evolução dos Contratos Realizados

(Milhares de Escudos)

Finalidade	2007			2006			Variação		
	nº	Valor	%	nº	Valor	%	nº	Valor	%
Habituação	298	1.035.643	17,7%	285	1.008.910	17,1%	13	26.733	2,6%
Part. Outros Fins	5.134	2.064.574	35,2%	4.683	1.950.398	33,1%	451	114.176	5,9%
Investimento	194	1.346.983	23,0%	160	1.251.494	21,2%	34	95.489	7,6%
Tesouraria	649	1.414.717	24,1%	490	1.687.764	28,6%	159	-273.047	-16,2%
<b>TOTAL</b>	<b>6.275</b>	<b>5.861.916</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.618</b>	<b>5.898.566</b>	<b>100,0%</b>	<b>657</b>	<b>-36.650</b>	<b>-0,6%</b>

No crédito aprovado constatamos uma evolução positiva de 9,0%.

### Evolução dos Créditos Aprovados

(Milhares de Escudos)

Finalidade	2007			2006			Variação		
	nº	Valor	%	nº	Valor	%	nº	Valor	%
Habituação	346	1.290.731	21,3%	301	1.074.122	19,3%	45,0	216.609	20,2%
Part. Outros Fins	4.907	1.896.598	31,3%	4.747	1.973.400	35,5%	160,0	-76.802	-3,9%
Investimento	198	1.496.774	24,7%	163	1.204.004	21,7%	35,0	292.770	24,3%
Tesouraria	630	1.369.395	22,6%	493	1.300.350	23,4%	137,0	69.045	5,3%
<b>TOTAL</b>	<b>6.081</b>	<b>6.053.498</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.704</b>	<b>5.551.876</b>	<b>100,0%</b>	<b>377</b>	<b>501.622</b>	<b>9,0%</b>





Em termos de procura de crédito, traduzida em pedidos entrados, registou-se um aumento de 31,4% em relação ao ano 2006.

A grande procura centra-se no crédito ao investimento – crédito imobiliário, sendo de realçar uma ligeira diminuição dos pedidos de crédito à tesouraria.

### Evolução dos Pedidos de Credito Entrados

(Milhares de Escudos)

Finalidade	2007			2006			Variação		
	nº	Valor	%	nº	Valor	%	nº	Valor	%
Habituação	376	1.691.795	20,8%	349	1.429.364	23,1%	27	262.431	18,4%
Part. Outros Fins	5.500	2.268.916	27,9%	5.144	2.169.387	35,0%	356	99.529	4,6%
Investimento	208	2.814.458	34,5%	206	1.132.503	18,3%	2	1.681.955	148,5%
Tesouraria	706	1.371.148	16,8%	597	1.469.618	23,7%	109	-98.470	-6,7%
<b>TOTAL</b>	<b>6.790</b>	<b>8.146.317</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.296</b>	<b>6.200.872</b>	<b>100,0%</b>	<b>494</b>	<b>1.945.445</b>	<b>31,4%</b>

### 3.3 Crédito e Juros Vencidos

Em 31 de Dezembro 2007, o valor do Crédito e Juros Vencidos era de 658.492 contos, contra 818.907 contos em 2006, o que representa uma diminuição de 19,6%.

Contribuíram para esta diminuição, o abatimento ao activo dos créditos com mais seis meses em classe V, no montante de 381.121 contos e os resultados conseguidos a nível da recuperação do crédito.

Em termos de distribuição por maturidade, é de salientar o grande aumento da classe até 3 meses (+168.934 contos) e a diminuição no segmento de crédito vencido com mais de 12 meses de atraso (-335.931 contos).



**Evolução de Crédito e Juros Vencidos \***

(Milhares de Escudos)

Designação	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Particulares</b>	170.215	25,8	208.643	25,5	-38.427	-18,4
- Habitação	67.687	10,3	64.604	7,9	3.084	4,8
- Outros Fins	102.528	15,6	144.039	17,6	-41.511	-28,8
<b>Empresas</b>	488.277	74,2	610.265	74,5	-121.988	-20,0
- Investimento	385.128	58,5	401.358	49,0	-16.230	-4,0
- Tesouraria	103.148	15,7	208.906	25,5	-105.758	-50,6
<b>Total Crédito e Juros vencidos</b>	658.492	100,0	818.907	100,0	-160.415	-19,6
- Até 3 Meses	214.810	32,6	45.876	5,6	168.934	368,2
- Mais de 3 meses e até 12 meses	105.104	16,0	98.522	12,0	6.581	6,7
- Mais de 12 meses	338.578	51,4	674.509	82,4	-335.931	-49,8

\*calculado segundo o aviso nr.9/99

O segmento de particulares continua a ter um rácio de crédito vencido muito inferior ao do segmento das empresas, uma vez que o crédito à habitação continua a ser o de menor risco na carteira de crédito da Instituição.

O rácio total passou de 5.58%, em 2006 para, 3,75%, em 2007, evidenciando uma descida de 1,83 pontos percentuais (aviso 9/99).

Esta diminuição do rácio resulta essencialmente do abatimento ao activo dos créditos na classe V há mais de seis meses, em conformidade com o aviso 4/2006, no montante de 381.121 contos.

O rácio de Provisões para Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos, também evoluiu positivamente, passando de 81,5%, em 2006, para 93,1%, em 2007.





### Evolução do Rácio de Crédito Vencido

Tipo de Crédito	2007 *	2007	2006
Crédito Habitação	19,35%	0,93%	0,99%
Crédito Outros Fins	17,04%	2,88%	4,97%
Crédito Investimento	27,49%	7,53%	10,02%
Crédito Tesouraria	14,65%	6,47%	16,73%
<b>Crédito Total</b>	<b>19,02%</b>	<b>3,75%</b>	<b>5,58%</b>

*\*Calculado segundo o novo método aprovado pela Supervisão Bancária (aviso 4/2006), que inclui a parte vincenda do crédito em situação irregular.*

### 3.4 Aplicações Financeiras

Ao nível do mercado da dívida pública, à semelhança do ano anterior, a Caixa teve uma participação muito reduzida.

As taxas de juro dos títulos de tesouro registaram uma ligeira subida em relação a 2006.

Num cenário de taxas dos Bilhetes de Tesouro a rondar os 3,5%, e das Obrigações de Tesouro em cerca 5,5%, a Caixa Económica aplicou 200.000 contos em Bilhetes de Tesouro e cerca de 183.000 contos em Obrigações de Tesouro.

O Banco Central continuou a utilizar os Títulos de Regulação Monetária (TRM) e os Títulos de Intervenção Monetária (TIM) para absorver excesso de liquidez no sistema bancário, tendo a Caixa recorrido a estes instrumentos para aplicação dos excessos temporários de liquidez.



A nível do mercado de capitais, destaca-se ainda a emissão, em bolsa, das primeiras obrigações de empresas, com especial enfoque para as obrigações da Electra, em que a Caixa aplicou importantes recursos, com impacto significativo no crescimento da carteira de crédito e na evolução dos proveitos da Instituição.

Além da Electra, a ASA e a Tecnicil recorreram também à Bolsa de valores para a emissão de obrigações.

A Caixa, além das obrigações da Electra, adquiriu igualmente obrigações da empresa Tecnicil, embora em menor dimensão, enquadrada numa iniciativa desta empresa de substituir créditos bancários por obrigações.





## 4 • GESTÃO DOS MEIOS



## 4.1 Recursos Humanos

As pessoas são a essência da Caixa Económica de Cabo Verde. A Caixa é, antes de mais, uma equipa de pessoas unidas por objectivos comuns, pois o trabalho merece ser entendido como elemento de aproximação e união entre as pessoas.

A Caixa tem-se distinguido pela forma como encara a relação com os seus Colaboradores. A formação, a qualificação, a mobilidade, a avaliação do desempenho, o sistema de incentivos, o envolvimento e participação, como factores de valorização, fazem parte de um conjunto de práticas que contribuem para a correcta gestão das pessoas na Instituição.

A gestão das pessoas na Caixa está, igualmente, assente no bem estar dos seus Colaboradores, ao tentar compatibilizar as suas vidas profissionais com as suas vidas familiares, procurando ser uma empresa socialmente responsável. A título de exemplo, a Caixa proporciona aos seus colaboradores e respectivos familiares serviços de saúde de referência a nível nacional.

### 4.1.1 Actividades Relevantes

- Envolvimento directo na expansão da rede de balcões colocados à disposição dos clientes. Esta está directamente relacionada com o aumento do número de colaboradores, pois, no final do exercício de 2007 a Caixa contava com 23 Pontos de Venda.
- Realização do Encontro de Quadros, que contou com a presença de 70 participantes e em que foi utilizada uma nova metodologia de trabalho, durante o qual foram realizados trabalhos em grupo, versando o Tema Controlo Interno, seguido de apresentação e discussão dos mesmos em plenária.



- Realização de um inquérito “Questionário de Expectativas”, destinado a todos os trabalhadores da CECV, com o objectivo principal de conhecer as suas expectativas individuais em relação à carreira na Instituição.
- Participação da CECV na conferência Internacional sobre a gestão dos RH, partilhando as boas práticas com outras instituições, nacionais e estrangeiros.
- Realização de um ASSESSMENT/DEVELOPMENT CENTRE, atendendo à necessidade de modernização da gestão dos RH da CECV, numa óptica de desenvolvimento do seu potencial humano e, mais especificamente, dos afectos à sua área comercial.
- Concepção de um novo Sistema de Gestão e Avaliação do Desempenho, baseado nas competências (em desenvolvimento).

#### 4.1.2 Caracterização dos Efectivos

No final de 2007, a CECV contava com 213 colaboradores, sendo 156 do Quadro, 53 com contratos a termo e 4 de licença de longa duração.

Dos em efectividade, 106 eram mulheres e 107 homens. A média de idade situava-se nos 35 anos. Quanto a qualificações, 43% tinham formação superior, 12%, frequência universitária e 30% o 2º ciclo completo.

#### Quadro 1. Composição do Efectivo

Composição do efectivo	2 0 0 7		
	Homens	Mulheres	Total
Quadro de Pessoal	76	80	156
Licença sem Vencimento	4	0	4
Contratados a Termo	27	26	53
<b>Total de Efectivo</b>	<b>107</b>	<b>106</b>	<b>213</b>



### Quadro 2. Efectivos por escalão etário

Estrutura Etária (31 de Dezembro)	Total	%
20 – 30	77	36%
31 – 40	69	32%
41 – 50	58	27%
» 50	9	4%
Total geral	213	100%
Nível Médio = Soma de idades/Total de efectivos		35

### Quadro 3. Efectivo por Antiguidade

Estrutura de Antiguidades (em 31 de Dezembro)	Total	%
inf a 2 anos	58	27%
2 a 5 anos	40	19%
6 a 10 anos	60	28%
11 a 15 anos	31	15%
16 a 22 anos	18	8%
> 22 anos	6	3%
Total	213	100%
Nível Médio de Antiguidade = Soma das antiguidades / Totais de efectivos		7,4

### Quadro 4. Efectivos por nível de Escolaridade

Habilitações	Homem	Mulher	Total	%
Pós Graduação	2	5	7	3%
Licenciatura	32	37	69	32%
Bacharelato	12	6	18	8%
Freq. Universitária	18	7	25	12%
3º Ciclo Completo	30	34	64	30%
3º Ciclo Incompleto	1	4	5	2%
2º Ciclo Completo	5	10	15	7%
1º Ciclo Completo	7	3	10	5%
TOTAL	107	106	213	100%



### 4.1.3 Formação e Desenvolvimento

A consciência de que o desenvolvimento pessoal e profissional constitui um dos factores críticos para que se atinjam os objectivos organizacionais leva a uma reflexão profunda e constante sobre a melhor forma de organização e de implementação das acções formativas na CECV.

Neste sentido, a DRH não só acompanha, de perto, o impacto das acções de formação no dia-a-dia do colaborador, como também participou activamente na extensa reflexão que, a vários níveis, se encetou sobre as melhores práticas de promoção do potencial humano.

Os investimentos em formação de colaboradores atingiram os CVE 8.993.865,80 em 2007, representando um crescimento de 7% em relação ao ano de 2006.

Acções de Formação – No Estrangeiro	Nº de Participantes
Estágio – Montepio	1
Curso Integrado de Gestão Bancária	1
Intranet - Instrumento de Gestão dos Recursos Humanos	1
Auditoria aos Sistemas de Informação	3
Congresso Anual de Cartões	2
Conferência - IBM System x BladeCenter	1
Auditoria Bancária	1
Balanced Score Card aplicado aos Recursos Humanos	1
Fórum Microsoft	1
Estágio - Área Arquivo	1
<b>Total de participantes</b>	<b>14</b>



Formação Interna	Nº de Participantes
Área Jurídica	5
Aplicação Banka	4
Área de Crédito	5
Aplicação Banka - Front Office	10
Reciclagem Área Jurídica	58
Reciclagem Operações com Estrangeiro	46
Integração dos novos colaboradores	23
<b>Total de participantes</b>	<b>151</b>

Formação Externa	Nº de Participantes
Transição para as IFRS	3
Bloomberg	4
Sifox Back Office	6
Branqueamento de Capitais	3
Obrigações	6
Gestão de Recursos Humanos e Qualidade	7
Gestão Financeira e Ambiente	2
SWIFT	3
Atendimento, Gestão de Conflitos	15
Competitividade e Qualidade no Actual Contexto	7
Organizacional	
Intermediação Bancária e Produtos da Bolsa	22
<b>Total de participantes</b>	<b>78</b>

#### 4.1.4 Mobilidade de Pessoal

Em 2007, a Caixa admitiu 29 novos colaboradores e deixou de contar com 8, pelo que o aumento líquido do efectivo foi de 21, dos quais 18 são técnicos Administrativos e 3 são técnicos superiores. Das saídas verificadas, sete foram por cessação de contrato e uma por reforma.



A prática de mobilidade continua a ser uma aposta forte da instituição, de forma a manter a motivação e aumentar o estímulo à aprendizagem e ao desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores.

Foram promovidos 16 colaboradores, a cargos de Director, Director-Adjunto, Gerente, Sub-Gerente, Coordenador de Gabinete, Chefe de Serviço e Caixa Principal.

A Caixa Económica continuou a proporcionar estágios a recém-licenciados e duma procura total de 36 pedidos de estágio, foram atribuídos 15 estágios.

## 4.2 Recursos Tecnológicos e Informáticos

O Projecto de Reestruturação de Rede, Sistema e Comunicação (PRRSC) da Caixa Económica de Cabo Verde continua a ser o maior desafio da Direcção de Informática e constituiu uma componente essencial das actividades do ano de 2007.

No âmbito desse Projecto as actividades traçadas foram, na sua essência, realizadas, com destaque para a substituição dos computadores em todas as Agências, Serviços Centrais e Delegações dos Correios de Cabo Verde, a reestruturação da rede e a instalações dos novos equipamentos de comunicação (Router's e Switch's) de forma a suportar a voz (Telefonia IP).

Procedeu-se à instalação, em produção, da Aplicação Front Office KANALO em todas as Agências e Delegações dos Correios Online.

Foram desenvolvidas Aplicações complementares à aplicação Banka de modo a dar respostas às necessidades do Banco, com particular destaque para as necessidades da, recentemente criada, Direcção de Operações, as do Serviço de Contencioso, as da Direcção Comercial, as do Serviço de Operações com o Estrangeiro, etc.

Foram efectuadas acções de formação e treino para todas as equipas das diferentes agências abertas em 2007.



### 4.3 Organização e Qualidade

Tornar a nossa organização mais sólida e competitiva, por forma, a melhorar o seu desempenho é o nosso objectivo.

Em 2007, a Caixa Económica, culminou várias acções já iniciadas anteriormente e iniciou outras que no seu conjunto visam a melhoria contínua dos processos e o desenvolvimento dos sistemas, o que é crucial, para melhorar a qualidade dos serviços prestados aos nossos clientes.

#### 4.3.1 Qualidade

No domínio da reengenharia e qualidade, dando continuidade à estratégia de redução de custos administrativos, de racionalização de processos e circuitos, e tendo em vista o aumento da eficácia e da produtividade, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Foi efectuado um estudo designado por “Inquérito à satisfação dos Clientes”, tendo por objectivo ser o nosso “barómetro de mercado” e tornar-se assim, uma fonte de informação para o desenvolvimento de um plano de melhoria integrada;
- Centralização de actividade de balcão em estruturas de “back-office”, reduzindo o trabalho administrativo dos balcões (em desenvolvimento);
- Início de implementação de um sistema de Gestão de Reclamações e Sugestões de clientes, com o objectivo de melhorar os padrões de Qualidade e de serviço a Clientes (em desenvolvimento);
- Elaboração e actualização de Normas de Procedimento com preponderância nos processos ligados ao desenvolvimento do negócio (em desenvolvimento).



### 4.3.2 Organização Interna

Ao nível da Organização Interna, foram concluídos vários dos projectos em curso, que visavam a melhoria da produtividade, a saber:

- Foi concluída a revisão da Estrutura Orgânica da Instituição, tendo sido desenhado um modelo na base da gestão por processo (de negócio e de gestão de suporte ao negócio);
- Foi também concluído o projecto da Direcção Operacional. Este Órgão tem por principal objectivo o reforço dos mecanismos de controlo interno e actualização da base de dados;
- Concluiu-se a separação da Direcção Administrativa e a Direcção de Recursos Humanos;
- Está em fase final o projecto de revisão da Direcção Comercial, a qual visa a criação de serviços de promoção de vendas e controlo do crédito vencido

### 4.3.3 Processos

Neste âmbito, foram intensificadas as acções com vista à melhoria e uniformização dos métodos de trabalho, fazendo convergir as práticas, normativos e procedimentos para as áreas de negócio.

Destacam-se as seguintes acções:

- Revisão de todo o processo de abertura, validação e alteração de dados de clientes;



- Início da construção de um “Índice Standard” por processos com destaque para as operações de crédito;
- Redução da carga administrativa e autonomização de procedimentos, com destaque para a liquidação de facturas de serviço e transferências bancárias.

#### 4.4 Instalações

Em 2007, foram dados passos significativos na resolução dos constrangimentos existentes quer ao nível dos Serviços Centrais quer ao nível das Agências, a saber:

- Finalizou-se o projecto de construção da Sede Social da Caixa Económica;
- Finalizou-se o projecto de construção da nova Agência em São Vicente;
- Finalizou-se o projecto de construção da nova Agência da Boavista;
- Finalizou-se o projecto de construção do alargamento da Agência da Assomada;
- Iniciou-se o projecto da nova Agência no Porto Novo.

No âmbito da expansão da rede comercial foram abertos 8 novos espaços comerciais, a saber;

- Ilha de Santo Antão – Coculi e Paul;
- Ilha de São Vicente – Fonte de Cónego;
- Ilha do Fogo – Mosteiros;
- Ilha de Boavista – Aeroporto
- Ilha de Santiago – Na cidade da Praia, Chã de Areia e Achada de São Filipe e Vila do Tarrafal.



## 4.5 Marketing

A Caixa participou no Salão Imobiliário de Lisboa (SIL), onde para além da divulgação dos seus produtos e serviços, houve uma forte aposta na divulgação dos produtos para o segmento de Não Residentes, aproveitando assim o significativo crescimento do sector imobiliário em Cabo Verde e a presença de investidores nesse sector.

Durante o ano de 2007 procedeu-se ao lançamento de novos produtos, como “Caixa Profissional Liberal”, as Contas “Super-Rendimento e Super Emigrante”, bem como o reforço da campanha “Internet banking”, “Caixa Net” e da notoriedade e visibilidade da Instituição junto das comunidades Cabo-Verdianas na diáspora.

Houve também uma forte promoção de outros produtos e serviços, dos quais realçamos os cartões “Visa” e “Caixa Não-Residentes”.

Também durante o ano 2007 deu-se início, em parceria com o projecto “Casa do Cidadão” e a SISP, à Emissão de novos cartões Vinti4 com “CVV2”, que irão permitir efectuar pagamentos não presenciais, designadamente via “internet”, telefone e “mail order”.

Com a abertura e decoração de 8 novas Agências durante o ano de 2007 e tendo como preocupação a melhoria contínua das condições e da qualidade de atendimento e do serviço prestado e a uniformização do “layout” das Agências, procedeu-se a algumas melhorias, e à actualização da imagem na Agência de Ribeira Grande, Agência do Mindelo e Monte Sossego, Agência de S. Filipe e Agência do Plateau.



## 4.6 Novos Canais de Distribuição

No domínio dos meios de pagamento electrónico, destaca-se a instalação de 7 “ATM’s”, sendo um na Agência dos Mosteiros, Ilha do Fogo, um no Balcão Empresas em Chã d’Areia, Ilha de Santiago, um na Agência do Fonte Cónego, Ilha de S. Vicente, um na Agência de Coculi, Ilha de Santo Antão, Agência do Paul, Ilha de Santo Antão, um na Agência do Tarrafal, Ilha de Santiago, um na Agência do Aeroporto de Boavista, Ilha de Boavista, e 2 de substituição, um na Agência do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, Ilha do Sal, e outro na Agência da Fazenda, Ilha de Santiago, elevando para 25 o número de ATM’s instalados pela Caixa, enquanto o sistema, no seu todo passou a contar com 79 “ATM’s” instalados, o que corresponde a uma quota de mercado de 31,6%.

Quanto aos cartões de débito da Rede Vinti4, até Dezembro de 2007, foram produzidos mais 42.034 novos cartões, cabendo à Caixa a emissão de 11.247, o que corresponde a 26,8% do total de novas emissões. Relativamente ao número de transacções, a Caixa diminuiu a sua quota de 36,2% para 33,1%, de um total de 3.900.660.

Em termos de instalação de novos “POS”, a Caixa instalou mais 71 “POS”, aumentando ligeiramente a quota de mercado para os 21,2%, em relação ao sistema, de 386 “POS” em 2006, passou a contar com 704 “POS” em 2007.



Quanto as transacções feitas nos “POS”, a Caixa teve uma pequena diminuição na sua quota em relação a 2006, de 25,6% para 19,9%.

Em relação aos cartões “Visa”, durante o ano de 2007 a Caixa emitiu um total de 223 cartões sendo 165 “Classic” e 58 “Gold”, com transacções globais em 2007 de 10.976.589 no país e 53.760.668 no exterior.

Quanto ao “Cartão Jovem” e “Cartão Jovem Universitário” emitidos em parceria em parceria com a Direcção Geral de Juventude, em 2007 a Caixa emitiu um total de 347 cartões Jovem e 101 cartões Jovem Universitário, o que representou um crescimento de 60,9%.

Em relação ao serviço de “Internet Banking” “Caixanet”, em 2007 a Caixa foram efectuados 1580 contratos Particulares e 227 Empresas, o que representou um crescimento de 56,3% no segmento Particulares e 139,3% no segmento Empresas.

Quanto as transacções feitas via “Caixa Net”, em 2007 foram efectuadas 627.644 transacções, sendo 12.309, consultas de saldo, 305.388 consultas de movimentos, 3.606 transferências Intra-bancárias e 771 transferências Interbancárias.



## 4.7 Relações com os Emigrantes

Considerando a importância dos depósitos dos emigrantes para a Instituição e o fraco nível do crescimento verificado desde do início do ano, a Caixa decidiu relançar a promoção dos produtos de poupança junto da diáspora cabo-verdiana.

A Caixa participou em quatro encontros com a comunidade, com o objectivo de reforçar a sua posição e notoriedade neste mercado e atrair a poupança dos emigrantes para a Instituição.

Assim participou em encontros em Portugal, França, Suíça e Luxemburgo.

O encontro de Portugal foi organizado pelos TACV, enquadrado no programa de homenagem ao trabalhador cabo-verdiano, realizado anualmente em Portugal.

O encontro de França foi enquadrado na semana de Cabo Verde em França, realizado no mês de Maio em Paris. Nesta mesma ocasião foi realizado um encontro em Suíça com o objectivo de aproximar uma comunidade com uma boa capacidade de poupança, num país, nunca antes contemplado com nenhuma acção promocional.

Enquadrada na semana de Santo Antão em Luxemburgo, a Caixa participou nos vários encontros organizados além de participar num programa radiofónico destinado à Comunidade.

Foi criado, já próximo do fim do ano um produto de poupança especial com vista a redinamizar os depósitos dos emigrantes. Trata-se de um depósito a prazo a dois anos, denominado de Conta Super-emigrante.



## 5 • RELAÇÕES INTERNACIONAIS





A nível das relações internacionais, a Caixa Económica desenvolveu, durante o exercício de 2007, algumas actividades dignas de realce, tendo algumas delas, efeitos imediatos na actividade e nos resultados da Instituição

A Caixa participou no encontro internacional dos agentes da Western Union, realizado em Maio 2007 em Istambul.

As relações com a Sociedade Financeira Internacional foram aprofundadas, tendo a Caixa conseguido obter uma redução de 0.75 ponto percentual da taxa de juro aplicável à linha de crédito que ela detém com aquela instituição. A SFI propôs ainda a definição de outras linhas de crédito para contemplar as áreas de “Trade Finance” e Financiamento das Pequenas e Médias Empresas.

Foram concluídas as condições de utilização da linha de crédito da Agência Francesa de Desenvolvimento, tendo a Caixa, enquadrado nessa linha de crédito, financiado projectos apresentados por vários municípios.

A convite do Ministério das Finanças de Cabo Verde, Caixa participou na Assembleia Geral do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional que teve lugar em Washington.





## 6 • ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL



Dando continuidade à sua política de Responsabilidade Social, a Caixa patrocinou e apoiou diversos eventos nas áreas sociais, desportivas e culturais, os quais destacamos:

Na área Cultural, a rodagem do Projecto Documentário que versa sobre a Cidade Velha - "Rua das Bananas", do realizador Mário Benvindo Cabral, o artista Zezé di Nha Reinalda para gravação do seu último CD, o artista Eduino dos Ferro Gaita para a gravação do CD "Batuku Grande", a digressão do quarteto de musica tradicional "Michel e Banda", o artista Belmiro Semedo para gravação do CD "Valor Humano", do Grupo TC para gravação de CD do Projecto "TC Dream 2008", do artista Mário Lúcio na divulgação do seu novo CD "Badyo", a artista Maria de Barros "Djuta Barros" para a gravação do seu 2º CD a solo, a artista Maria Francisca Andrade "Tchicau" na divulgação do seu novo CD "Pai Querido", ao artista Adelino Livramento "Tio Lino" para apresentação do CD "Rua Dreita", a 4ª Edição da Gala Nôs Muzka" promovida pela Cabo Music, a "Semana Cultural em Paris" com o objectivo de divulgar a cultura Cabo-verdiana na diáspora, a semana cultural Santantonense em Luxemburgo, promovida pela Câmara Municipal da Ribeira Grande, a publicação do Livro "Direito e Cidadania" do jurista Dr. Jorge Carlos, a socióloga Elsa Maria Almeida Fontes para a publicação da sua tese de Mestrado "o Bairrismo em Cabo Verde", ao escritor João Baptista Rodrigues para a reedição do livro "O Jardim de Rubros Cardeais", ao escritor Gabriel Raimundo para a publicação do livro "Sodade de Cabo Verde" e a 2ª exposição fotográfica "Figuras do Fogo".



A Caixa também deu continuidade à realização de eventos e diversos festivais dos quais destacamos: à Câmara Municipal de S. Vicente na realização do Festival da Baia das Gatas, à Câmara Municipal da Praia para a realização do Festival da Gamboa, Câmara Municipal do Sal para realização do Festival de Santa Maria, Câmara Municipal de Santa Cruz, à Câmara de Calheta de S. Miguel, à Câmara Municipal dos Mosteiros e a Câmara de Santa Catarina, também para a comemoração do dia do município.

Na área Desportiva, patrocinamos várias equipas de futebol, associações desportivas e actividades desportivas, de entre os quais realçamos o patrocínio à Federação Cabo-verdiana de Futebol, à Associação de Basquetebol – Região Sul, à Associação Regional de Basquetebol de S. Vicente, ao Mundial de Windsurf realizado na Ilha do Sal, à Selecção Nacional de Basquetebol, ao Botafogo F.C, equipamentos desportivos ao Clube da Palmeiras, Ilha do Sal, à “Equipe de Football de la Communauté Senegalaise” para realização do torneio de futebol “Inter-zone”, entre outros.



No campo da Responsabilidade Social foram efectuados vários apoios as diversas entidades de solidariedade social, nomeadamente Associação Cabo-verdiana de Deficientes para a realização do “Teleton 2007”, à Associação Solidária VIH/SIDA-Renascença para a realização do espectáculo do “Dia Internacional da Luta Contra o Sida”, à Ordem dos Médicos de Cabo Verde para a realização do II Congresso da Comunidade Médica de Língua Portuguesa, ao Instituto de Comunidades para a realização da II Edição da Formação para os Funcionários dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes das Câmaras Municipais, as Aldeias Infantis SOS, a Universidade Jean Piaget para a realização da Conferência “Empreendedorismo e Criação de Novos Negócios”, entre outros.

A Caixa Económica de Cabo Verde, vem desempenhando um papel importante





## 7 • MICRO - CRÉDITO



no domínio do Micro-crédito, com a gestão de várias linhas especiais de crédito destinadas a beneficiar camadas populacionais de baixo rendimento que, não têm acesso ao crédito bancário clássico, destacando-se as seguintes:

### **7.1 Programa de Formação e Empréstimos a Micro-Empresas - PFME**

É a mais relevante das linhas de micro crédito geridas pela Caixa Económica tem tido um grande impacto na melhoria das condições de vida de milhares de pessoas.

O programa tem uma estrutura de gestão autónoma e engloba sessões de formação destinadas aos clientes, antes e depois da concessão de créditos, abordando temas sobre condições de acesso, procedimentos e responsabilidades inerentes, importância do reembolso responsabilidade solidária, gestão de negócios, entre outros. Os créditos são concedidos apenas a grupos solidários constituídos por 3 a 5 pessoas.

Em 2007 foram concedidos 658 créditos, tendo assim o nº de créditos acumulado do programa atingido os 14.538 contos.

O montante global de créditos concedidos em 2007, atingiu o valor de 34.255 contos e o montante médio dos empréstimos de 52 contos por cliente e 159 contos por grupo solidário. O montante total acumulado, desde o início do programa, atingiu os 643.424 contos.

Em termos globais do programa o montante reembolsado de capital aumentou para 610.884 contos e os juros pagos ascenderam a 98.667 contos perfazendo assim um total de 709.551 contos.

Quanto ao montante das cotas e penalidades pagas alcançou um total acumulado do programa de 28.143 contos.

Em 2007 a taxa de reembolso dentro do prazo fixou-se nos 94% e a taxa de reembolso geral aumentou para 98%. Em termos globais do programa a taxa de reembolso situa-se em 96%.





## 7.2 Linha de Crédito do Programa Especial de Segurança Alimentar - PSSA

É uma linha de crédito que se destina a financiar actividades de agricultura e pecuária nas ilhas onde o programa actua, nomeadamente Santo Antão (Concelhos de Porto Novo e Ribeira Grande), Santiago (Concelho do Tarrafal), São Nicolau e Fogo, cuja coordenação é assegurada, a nível local, pelos gerentes das Agências da Caixa Económica nas respectivas Ilhas e os Delegados do Ministério da Agricultura. Até à presente data, foi transferido para o fundo PSSA 19.437 contos, faseadamente e da seguinte forma:

Designação	Data	Montante (ECV)	% do total
1ª Tranche	Maio/2003	6.452.346	30%
2ª Tranche	Novembro/2004	9.215.955	50%
3ª Tranche	Maio/2006	3.769.063	20%
<b>Total</b>		<b>19.437.364</b>	<b>100%</b>

Até à data actual, um total de 62 créditos foram aprovados pelas agências da CECV das 4 ilhas abrangidas pelo programa o que corresponde ao montante total de 19.571.149\$00.

Os pedidos pendentes, até então, prendem-se ou por razões formais, mormente a abertura de conta e a constituição de garantia, ou por falta disponibilidade do fundo PSSA.

Este programa vem contemplando, essencialmente, beneficiários do sexo masculino (cerca de 87%), considerando a natureza dos projectos financiados no âmbito do PSSA, que se prendem, principalmente, com actividades ligadas à agricultura e pecuária, tradicionalmente levadas a cabo por indivíduos de sexo masculino, como pode ser constatado no quadro que se segue;



Ilha	Crédito Aprovados		Sexo					
	Nº	Valor	Masculino			Feminino		
			Nº	Valor	%	Nº	Valor	%
Santiago	8	1.921.298	5	1.569.648	81,70	3	351.650	18,30
São Nicolau	10	3.728.117	7	2.598.749	69,71	3	1.129.368	30,29
Santo Antão	13	1.935.694	13	1.935.694	100,00	-	-	-
Fogo	31	11.986.040	27	10.836.040	90,41	4	1.150.000	9,59
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	<b>19.571.149</b>	<b>52</b>	<b>16.940.13</b>	<b>86,56</b>	<b>10</b>	<b>2.631.018</b>	<b>13,44</b>

Foram reembolsados, até ao presente, um total de 14.563 contos dos créditos concedidos, correspondendo a uma taxa de retorno de 74 %.

### 7.3 Linha de Crédito do Projecto Bacias Hidrográficas de Picos e Engenhos

É uma linha de crédito destinada a financiar actividades agro-pecuárias nas zonas abrangidas pelas bacias hidrográficas de Picos e Engenhos. Surgiu no âmbito do protocolo assinado entre a Caixa Económica de Cabo Verde e o Governo de Cabo Verde, através do Ministério das Finanças e do Plano em 2004.

A análise e aprovação dos processos de crédito são efectuadas por uma equipa formada por técnicos da Agência da Caixa da Assomada, da Delegação do MA em Santa Catarina e do Ministério das Finanças. A CECV é responsável pelo desembolso dos empréstimos e gestão dos fundos disponibilizados pelo projecto.

Os créditos foram desembolsados a partir de Junho de 2006 quando foi disponibilizado o fundo pelo projecto. Até a presente data foram aprovados um total 49 créditos, correspondendo ao montante de 28.691 contos. Os clientes são na sua maioria de sexo masculina (75.5%) dada pela natureza das actividades contempladas no quadro do projecto.

De realçar que nenhum dos créditos concedidos no âmbito desse projecto foi ainda reembolsado dado a existência de um período de diferimento estabelecido no protocolo que pode variar de 2 a 6 meses em função do prazo do empréstimo.





## 8 • ANÁLISE DA RENDIBILIDADE



## 8.1 Resultados do Exercício

A conta de exploração da Caixa reflecte a evolução favorável da performance da Instituição.

O Resultado Bruto registou um crescimento de 72,02%, atingindo 636.259 contos, mais 266.387 contos face ao exercício anterior. Por sua vez, o Resultado Líquido cresceu 69,18%, ao ascender a 471.670 contos.

Os Juros e Proveitos Equiparados, incluindo o rendimento de títulos, aumentaram 18,49%, enquanto os Juros e Custos Equiparados sofreram uma quebra de 5,34%, o que proporcionou um crescimento de 36,69% da Margem Financeira, o que equivale a um aumento de 290.116 contos, em relação a 2006.

As Comissões Líquidas conheceram um crescimento de 17,24%, inferior ao do ano de 2006, (32,19%). Esta redução do crescimento resultou da diminuição das comissões Western Union e das reduções consentidas tanto a nível das operações de crédito como a nível das operações com o estrangeiro. Em termos absolutos, as comissões registaram um aumento de 42.321 contos, atingindo os 287.741 contos.

Os Lucros Líquidos em Operações Financeiras, fixaram-se em 36.451 contos, devido à drástica desvalorização do Dólar e da eliminação da margem cambial associada às operações de Western Union.

Neste cenário favorável, o Produto Bancário alcançou 1.463.744 contos (+36,29%, face a 2006).



Os custos administrativos agravaram-se em 13,55% (-0,99 p.p., face ao crescimento de 2006). Esta evolução teve maior intervenção dos custos com pessoal, que aumentaram 16,59%, por via das contratações para os novos balcões, abertos em 2007.

Os Meios Libertos cresceram 68,52%, de 2006 para 2007, e o Resultado de Exploração apresentou um acréscimo de 97,74%, atingindo 501.431 contos, contra 253.582 contos em 2006.

A recuperação do crédito em situação irregular, continua a produzir efeitos positivos nos resultados. Assim os resultados extraordinários, onde os seus efeitos são reflectidos, atingiram 134.828 contos contra 116.290 contos em 2006.

Os proveitos extraordinários em 2007, no montante de 138.447 contos são compostos em 94% por juros ligados à recuperação do crédito em situação irregular.

Em 2006 atingiram o valor de 125.394 contos e os juros ligados à recuperação do crédito representou 98%.

O Cash Flow do Exercício registou um aumento de 53,13%, atingindo 719.117 contos, contra 469.615 contos em 2006.



**Evolução dos Resultados**

(Milhares de Escudos)

Designação	2007	2006	Var 06/07	
	Valor	Valor	Valor	%
+ Juros e proveitos	1.652.787	1.394.917	257.869	18,49%
- Juros e custos equip.	571.965	604.212	-32.247	-5,34%
<b>= Margem</b>	<b>1.080.822</b>	<b>790.705</b>	<b>290.116</b>	<b>36,69%</b>
+ Comissões líquidas	287.741	245.422	42.319	17,24%
+ Lucros líq. Oper. Fin.	36.451	-12.098	48.549	401,30%
+ Outros Prov. líquidos	58.731	49.930	8.800	17,62%
<b>= Produto Bancário</b>	<b>1.463.745</b>	<b>1.073.959</b>	<b>389.786</b>	<b>36,29%</b>
- Custos Administrativos	714.867	629.563	85.304	13,55%
- C. Pessoal	345.390	296.248	49.142	16,59%
- Forn. Serv. Terc.	369.477	333.315	36.162	10,85%
<b>= Meios Libertos</b>	<b>748.878</b>	<b>444.396</b>	<b>304.482</b>	<b>68,63%</b>
- Amortizações	107.206	87.432	19.774	22,62%
- Provisões Líquidas	140.241	103.381	36.859	35,65%
<b>= Resultados de Exploração</b>	<b>501.431</b>	<b>253.583</b>	<b>247.849</b>	<b>97,74%</b>
+ Ganhos e Perdas Extraordinários	134.828	116.290	18.538	15,94%
<b>= Resultado Bruto do Exercício</b>	<b>636.259</b>	<b>369.873</b>	<b>266.387</b>	<b>72,02%</b>
- Impostos s/ Resultados	164.589	91.071	73.518	80,73%
<b>= Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>471.670</b>	<b>278.801</b>	<b>192.869</b>	<b>69,18%</b>
<b>Cash Flow do Exercício</b>	<b>719.117</b>	<b>469.615</b>	<b>249.502</b>	<b>53,13%</b>

**8.2 Rendibilidade e Eficiência**

A melhoria da Margem de Intermediação Financeira e dos resultados alcançados na recuperação do crédito, explicam o resultado obtido pela Instituição em 2007 e a evolução da sua rendibilidade, que observou uma melhoria significativa em relação a 2006.



A Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE) passou de 17,26%, em 2006, para 25,15%, em 2007, e a Rendibilidade do Activo (ROA), passou de 1,21% para 1,80%, nos mesmos períodos.

O produto bancário foi o responsável pela redução de 10,6 p.p. no rácio “Cost to Income”, que se fixou nos 56,16%, espelhando a melhoria da eficiência da Instituição. Prosseguindo neste âmbito, também o Produto Bancário por Trabalhador, registou uma melhoria expressiva, passando de 5.966,4 contos, em 2006, para 7.246,26 contos, em 2007.

### Indicadores de Rendibilidade e Eficiência

Designação	2007	2006
Resultado do Exercício / Recursos Próprios Médios (ROE) (%)	25,15	17,26
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA) (%)	1,80	1,21
Activo Líquido Médio / N.º Médio de Trabalhadores (mil contos)	133,5	145,3
Custos Administrativos / Activo Líquido Médio (%)	2,70%	2,73%
Custos Operativos / Produto Bancário (Cost to Income) (%)	56,16	66,76
Produto Bancário / N.º Médio de Trabalhadores (contos)	7.246,2	5.966,4
Cash Flow do Exercício / N.º Médio de Trabalhadores (contos)	3.559,9	2.683,5

### 8.3 Fundos Próprios e Rácios Prudenciais

Os Fundos Próprios da instituição atingiram os 2.053.694 contos em, evidenciando um crescimento de 21,03%.

O Rácio de Solvabilidade registou uma ligeira degradação em relação a 2006, passando de 11,2%, em 2006 para 10,7%, em 2007. Esta diminuição é explicada pelo crescimento do crédito.

O Rácio do Imobilizado Líquido sobre os Fundos Próprios registou igualmente uma ligeira melhoria, passando de 33,2% para 32,0%.



### Rácios Prudenciais

Designação	2007	2006
Rácio de Solvabilidade (BCV – Aviso 1/99)	10,7%	11,2%
Imobilizado Líquido / Fundos Próprios	32,0%	33,2%

### 8.4 Provisões do Exercício

As Provisões Líquidas do Exercício, em 2007, atingiram 140.241 contos, registando um aumento de 35,65%, em relação ao ano anterior.

O rácio das Provisões para Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos registou uma melhoria significativa, situando-se nos 93,1%, contra 81,5%, no exercício anterior.

### Créditos e Juros Vencidos \*

(milhares de contos)

Designação	2007	2006
Crédito e Juros Vencidos	658,4	818,9
Provisões para Crédito e Juros Vencidos	612,8	667,5
Crédito e Juros Vencidos / Crédito Total	3,8%	5,6%
Provisões Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos	93,1%	81,5%

\* Calculado segundo o aviso nr. 9/99.

Segundo o aviso 4/2006 o valor do crédito vencido em Dezembro 2007 era de 3.341.338 contos contra 3.533.153 contos em Dezembro de 2006. O Rácio de Crédito Vencido atingiu 19,2% em 2007, contra 24,1%, em 2006.





## 9 • PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS



## 9.1 Proposta do Conselho

Considerando que o Resultado Líquido do Exercício de 2007 atingiu o valor de 471.670 contos;

Considerando que a instituição se encontra cotada na Bolsa de Valores de Cabo Verde e a importância da sua política de dividendos como sinal para o mercado;

Considerando que o plano de actividade da instituição prevê investimentos importantes em instalações, tais como a sede, a Agência do Mindelo e outras, que exigirão recursos significativos;

Considerando a necessidade do reforço dos fundos próprios da Instituição, no âmbito da nova legislação sobre o Rácio de Solvabilidade e como forma de reforçar a sua capacidade creditícia;

Considerando a prática da Instituição, em termos de distribuição de dividendos, nos últimos anos;

O Conselho de Administração, esperando a compreensão dos Accionistas, apresenta a seguinte proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício:

Para Reservas	356.829.757\$00
Para Distribuição de Dividendos (330 CVE por acção)	114.840.000\$00
Total	471.669.757\$00



## 9.2 Proposta Aprovada em Assembleia Geral

Considerando que na proposta de distribuição de dividendos, constante do ponto 9 do Relatório e Contas de 2007, se propõe que o Resultado Líquido do Exercício no valor de CVE 471.669.757\$00, seja aplicado em Reservas o valor de CVE 356.829.757\$00 e em distribuição de dividendos o valor de CVE 114.840.000\$00,

Considerando que deverá ser aumentado o valor destinado a dividendos, tendo em conta o aumento de resultados do ano em curso,

**Propõe-se uma emenda à dita proposta do Relatório e Contas de 2007:**

Que o Resultado Líquido de CVE 471.669.757\$00 seja distribuído do seguinte modo:

Para Reservas	332.469.757\$00
Para Distribuição de Dividendos (400 CVE por acção)	139.200.000\$00
<b>Total</b>	<b>471.669.757\$00</b>



10 • NOTAS FINAIS



O exercício de 2007 foi muito positivo para a Instituição e contribuirá seguramente, para a consolidação da posição do banco no sistema financeiro cabo-verdiano.

Todos os indicadores de performance da instituição evoluíram positivamente, para a satisfação das autoridades de supervisão, dos accionistas e dos seus trabalhadores, demonstrando a capacidade da mesma em fazer face, com sucesso, à concorrência, cada vez mais viva no mercado nacional.

O exercício de 2007 coincide com o fim do plano estratégico 2005-2007 e é de registar, com agrado, o elevado nível de realização dos objectivos fixados nesse plano estratégico.

Os resultados alcançados devem-se, essencialmente, à confiança dos nossos Clientes e Parceiros, que inquestionavelmente, contribuíram para o desempenho da Instituição, para seu o engrandecimento e a consolidação da sua posição no sistema financeiro, na economia e na sociedade cabo-verdianos, pelo que lhes manifestamos o nosso agradecimento.



O Conselho de Administração agradece, ainda, especialmente:

Às Autoridades Oficiais, pelo exercício da sua missão governativa em favor do desenvolvimento de Cabo Verde e das suas instituições financeiras;

Ao Banco de Cabo Verde, pelo acolhimento, profissionalismo, competência e rigor no exercício da actividade de supervisão;

Aos Senhores Accionistas, pela confiança, apoio e compreensão demonstrados;

Aos membros do Conselho Fiscal, pela acção desenvolvida no acompanhamento atento da actividade da instituição;

A todos os Colaboradores, pelo empenhamento e dedicação que dispensaram no desempenho das suas atribuições, ao longo do exercício, contribuindo decisivamente para os resultados alcançados.



## O Conselho de Administração

Presidente -

  
Dr. Eduardo José da Silva Farinha

Vice-Presidente -

  
Dr. Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes

Vogal -

  
Dr. António Pereira Neves

Vogal -

  
Dr. Filinto Elísio Alves dos Santos

Vogal -

  
Dr. Francisco José Gonçalves Simões

Vogal -

  
Dr. António Carlos Moreira Semedo

Vogal -

  
Dr. Atelano João de Henrique Dias da Fonseca



Money

# BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

(Milhares de Escudos)

ACTIVO	2007			2006
	Activo Bruto	Amort.e Prov.	Activo Liquido	
1 Caixa e disponibilidades Bancos Centrais	4.711.549		4.711.549	4.864.745
2 Disponibilidades à vista s/Instituições de Crédito	1.527.451		1.527.451	842.620
3 Outros créditos sobre instituições de crédito	258.079		258.079	1.520.552
4 Crédito sobre clientes	16.413.223	612.886	15.800.337	14.002.583
5 Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	2.589.414		2.589.414	3.096.060
a) Obrigações e O/tit.de rend.fixo-de emissores.Públ.	2.265.560		2.265.560	3.096.060
b) Obrigações e O/tit.de rend.fixo-de O/Emissores	323.854		323.854	0
(Dos quais: Obrigações Próprias)				
6 Acções e outros títulos de rendimento variável	830.227		830.227	0
7 Participações	26.250	1.948	24.302	22.159
8 Parte de capital em empresas coligadas				
9 Imobilizações incorpóreas	195.984	105.846	90.138	75.244
10 Imobilizações corpóreas	991.130	423.125	568.006	488.758
(Dos quais: Imóveis de serviço próprio)	195.002	42.569	152.434	171.321
11 Capital subscrito não realizado				
12 Acções próprias ou partes de capital próprias				
13 Outros activos	428.038	200	427.838	377.345
15 Contas de regularizações	157.320		157.320	149.024
16 Prejuízo exercício				
TOTAL DO ACTIVO	28.128.665	1.144.005	26.984.660	25.439.090
RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS				
90 - GARANTIAS PRESTADAS E OUT.PASSIVOS EVENTUAIS			1.786.466	1.499.863

**O Responsável da Contabilidade**




**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

(Milhares de Escudos)

PASSIVO		2007	2006
1	Débitos para com instituições de crédito	427.694	856.406
	a) À vista	96.028	128.967
	b) A Prazo ou com pré-aviso	331.666	727.438
2	Débitos para com clientes	23.924.043	22.137.126
	a) Depósitos de poupança	2.784.805	2.955.997
	b) Outros depósitos	20.947.039	18.888.007
	b.a) À Vista	8.968.407	8.164.603
	b.b) A prazo	11.978.632	10.723.403
	c) Outros débitos	192.199	293.122
3	Débitos representados por títulos		
4	Outros passivos	233.829	124.059
5	Contas de regularizações	341.244	397.593
6	Provisões para riscos e encargos	0	219.453
	a) Provisões para pensões e encargos similares		
	b) Outras provisões	0	219.453
6	A. Fundo para riscos bancários gerais	4.157	7.590
9	Capital subscrito	348.000	348.000
11	Reservas	1.234.024	1.070.063
12	Reservas de reavaliação		
13	Resultados transitados		
14	Lucro do Exercício	471.670	278.801
	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>26.984.660</b>	<b>25.439.090</b>
		<b>26.694.407</b>	

O Responsável da Contabilidade





**Demonstração de Resultados do Exercício de 2007**

(Milhares de Escudos)

CUSTOS	2007	2006
1 Juros e custos equiparados	571.965	604.212
2 Comissões	21.659	13.686
3 Prejuízos em operações financeiras	64.532	119.320
4 Gastos gerais administrativos	714.867	629.563
a) Custos com pessoal	345.390	296.248
Dos quais:		
(salários e vencimentos)	299.884	257.237
(encargos sociais)	44.065	37.617
Dos quais:		
(c/pensões)	0	0
b) Outros gastos administrativos	369.477	333.315
5 Amortizações do exercício	107.206	87.432
6 Outros custos de exploração	4.153	4.184
7 Provisões p/Crédito Vencido e p/Outros riscos	1.086.480	458.281
8 Provisões para imobilizações financeiras	0	4.091
9 Resultado da actividade corrente	501.932	254.039
10 Perdas extraordinárias	3.619	9.104
11 Impostos sobre lucros	164.589	91.071
12 Outros impostos	501	457
<b>13 LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>471.670</b>	<b>278.801</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.211.241</b>	<b>2.300.202</b>

**O Responsável da Contabilidade**




**Demonstração de Resultados do Exercício de 2007**

(Milhares de Escudos)

PROVEITOS		2007	2006
1	Juros e proveitos equiparados	1.630.496	1.394.917
	Dos quais:		
	(títulos de rendimento fixo)	151.036	107.710
2	Rendimentos de títulos	22.291	0
	a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos	22291	0
	de rendimento variável	22291	0
	b) Rendimento de participações	0	0
	c) Rendimento. de partes de capital em empresas. Coligadas	0	0
3	Comissões	309.400	259.108
4	Lucros em operações financeiras	100.983	107.222
5	Reposições e anulação respeitantes a correcções		
	de valores relativas a créditos e provisões para		
	passivos eventuais	946.239	358.991
6	Reposições e anul. respeitantes a correcções de valor		
	relativas a valores mobiliários que tenham carácter de		
	imobilizações financeiras, participações e as partes		
	de capital em empresas coligadas	0	0
7	Outros proveitos de exploração	63.385	54.571
8	Resultado da actividade corrente	0	0
9	Ganhos extraordinários	138.447	125.394
		0	0
TOTAL		3.211.241	2.300.202

O Responsável da Contabilidade







# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

(Milhares de Escudos)

ACTIVO			2007			2006
			Activo	Amort.e	Activo	
			Bruto	Prov.	Liquido	
1	Caixa e disponibilidades Bancos Centrais	38	4.711.549		4.711.549	4.864.745
2	Disponibilidades à vista s/Instituições de Crédito	38	1.527.451		1.527.451	842.620
3	Outros créditos sobre instituições de crédito	13	258.079		258.079	1.520.552
4	Crédito sobre clientes	13	16.413.223	612.886	15.800.337	14.002.583
5	Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		2.589.414		2.589.414	3.096.060
	a) Obrigações e O/tit.de rend.fixo-de emissores.Públ.		2.265.560		2.265.560	3.096.060
	b) Obrigações e O/tit.de rend.fixo-de O/Emissores		323.854		323.854	0
	(Dos quais: Obrigações Próprias)					
6	Acções e outros títulos de rendimento variável		830.227		830.227	0
7	Participações		26.250	1.948	24.302	22.159
8	Parte de capital em empresas coligadas					
9	Imobilizações incorpóreas	11	195.984	105.846	90.138	75.244
10	Imobilizações corpóreas	11	991.130	423.125	568.006	488.758
	(Dos quais: Imóveis de serviço próprio)		195.002	42.569	152.434	171.321
11	Capital subscrito não realizado					
12	Acções próprias ou partes de capital próprias					
13	Outros activos	24	428.038	200	427.838	377.345
15	Contas de regularizações	25	157.320		157.320	149.024
16	Prejuízo exercício					
TOTAL DO ACTIVO			28.128.665	1.144.005	26.984.660	25.439.090
RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS						
90 - GARANTIAS PRESTADAS E OUT.PASSIVOS EVENTUAIS					1.786.466	1.499.863



**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

(Milhares de Escudos)

PASSIVO			2007	2006
1	Débitos para com instituições de crédito	17	427.694	856.406
	a) À vista		96.028	128.967
	b) A Prazo ou com pré-aviso		331.666	727.438
2	Débitos para com clientes	17	23.924.043	22.137.126
	a) Depósitos de poupança		2.784.805	2.955.997
	b) Outros depósitos		20.947.039	18.888.007
	b.a) À Vista		8.968.407	8.164.603
	b.b) A prazo		11.978.632	10.723.403
	c) Outros débitos		192.199	293.122
3	Débitos representados por títulos			
4	Outros passivos	25	233.829	124.059
5	Contas de regularizações	24	341.244	397.593
6	Provisões para riscos e encargos		0	219.453
	a) Provisões para pensões e encargos similares			
	b) Outras provisões		0	219.453
6	A. Fundo para riscos bancários gerais	22	4.157	7.590
9	Capital subscrito		348.000	348.000
11	Reservas	39	1.234.024	1.070.063
12	Reservas de reavaliação			
13	Resultados transitados			
14	Lucro do Exercício		471.670	278.801
	TOTAL DO PASSIVO		26.984.660	25.439.090
			26.694.407	





### Demonstração de Resultados do Exercício de 2007

(Milhares de Escudos)

CUSTOS		2007	2006
1	Juros e custos equiparados 31	571.965	604.212
2	Comissões	21.659	13.686
3	Prejuízos em operações financeiras	64.532	119.320
4	Gastos gerais administrativos 32	714.867	629.563
	a) Custos com pessoal	345.390	296.248
	Dos quais:		
	(salários e vencimentos)	299.884	257.237
	(encargos sociais)	44.065	37.617
	Dos quais:		
	(c/pensões)	0	0
	b) Outros gastos administrativos	369.477	333.315
5	Amortizações do exercício 33	107.206	87.432
6	Outros custos de exploração	4.153	4.184
7	Provisões p/Crédito Vencido e p/Outros riscos 22	1.086.480	458.281
8	Provisões para imobilizações financeiras	0	4.091
9	Resultado da actividade corrente	501.932	254.039
10	Perdas extraordinárias 40	3.619	9.104
11	Impostos sobre lucros 37 e 40	164.589	91.071
12	Outros impostos	501	457
13	<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>471.670</b>	<b>278.801</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>3.211.241</b>	<b>2.300.202</b>



**Demonstração de Resultados do Exercício de 2007**

(Milhares de Escudos)

PROVEITOS			2007	2006
1	Juros e proveitos equiparados	34	1.630.496	1.394.917
	Dos quais:			
	(títulos de rendimento fixo)		151.036	107.710
2	Rendimentos de títulos		22.291	0
	a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos		22291	0
	de rendimento variável		22291	0
	b) Rendimento de participações		0	0
	c) Rendimento. de partes de capital em empresas. Coligadas		0	0
3	Comissões	35	309.400	259.108
4	Lucros em operações financeiras		100.983	107.222
5	Reposições e anulação respeitantes a correcções	22		
	de valores relativas a créditos e provisões para			
	passivos eventuais		946.239	358.991
6	Reposições e anul. respeitantes a correcções de valor			
	relativas a valores mobiliários que tenham carácter de			
	imobilizações financeiras, participações e as partes			
	de capital em empresas coligadas		0	0
7	Outros proveitos de exploração	36	63.385	54.571
8	Resultado da actividade corrente		0	0
9	Ganhos extraordinários	40	138.447	125.394
			0	0
TOTAL			3.211.241	2.300.202



## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

*(Montantes expressos em milhares de escudos, excepto quando expressamente indicado)*

A Caixa Económica de Cabo Verde (adiante designado por “Caixa”), é uma instituição bancária e de crédito que foi transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada pelo Decreto-Lei nº 54/93 de 31 de Agosto, sucedendo à Caixa Económica de Cabo Verde, EP.

A Caixa rege-se pelos seus estatutos, pelas normas que regulam as sociedades anónimas e ainda por normas gerais e especiais aplicáveis às instituições de crédito.

Em Novembro de 1999 o Estado de Cabo Verde alienou 139.200 acções a um agrupamento composto pela Caixa Económica Montepio Geral, pela IMPAR – Companhia de Seguros e por 51 empresários e quadros nacionais, na sequência do processo que visou a privatização da Caixa.

A Caixa tem por objectivo o exercício da actividade bancária, incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essas actividades e permitidas por lei.

Em Janeiro de 2001, conclui-se o processo relativo a segunda fase da privatização, na qual o Estado alienou as 54.800 acções que ainda detinha e que se destinavam aos trabalhadores, pequenos subscritores e ao público em geral.





O Capital Social da Caixa é de 348.000 contos, subscrito da seguinte forma em 31 de Dezembro de 2007.

Entidade	Nº de Acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	109.390	31,4%
Montepio Geral - Associação Mutualista	61.272	17,6%
Correios de Cabo Verde	52.160	15,0%
Impar – Companhia Caboverdiana de Seguros	39.247	11,3%
Caixa Económica Montepio Geral	34.204	9,8%
Grupo Local *	25.166	7,2%
Outros Subscritores	22.904	6,6%
Trabalhadores	3.657	1,1%
<b>Total</b>	<b>348.000</b>	<b>100,0%</b>

*\*Grupo de 51 empresários e quadros nacionais*

O Capital Social encontra-se representado por trezentas e quarenta e oito mil acções, com o valor nominal de mil cada, podendo ser aumentado por decisão da Assembleia Geral.

Para o exercício da sua actividade a Caixa dispõe da seguinte rede comercial:

	2007	2006
Sede	1	1
Balcões	23	15
Delegações nos Correios	9	13
	<b>33</b>	<b>29</b>



As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Caixa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Durante o exercício de 2007 foram alteradas as políticas de classificação do crédito a clientes e de constituição de provisão de acordo com o aviso 04/2006 do Banco de Cabo Verde que entrou em vigor em 30 de Junho de 2007 e que foi actualizado em Novembro de 2007 com aviso 06/2007.

Encontram-se em curso processos visando a implementação das Normas Internacionais de relato Financeiro (IFRS) publicado no B.O. de 19 de Novembro de 2007 através do Aviso 02/2007. Constan do mesmo BO, alterações de normas prudenciais diversas visando o ajustamento aos padrões internacionais.

Não se verificou qualquer outra alteração relativa aos princípios contabilísticos em relação ao ano transacto. Todavia a Caixa continua a implementar procedimentos diversos visando a automatização das operações e o reforço do controlo interno.

### **3. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS**

**3.1** As demonstrações financeiras da Caixa foram apresentadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário Cabo-verdiano e outras disposições emitidas pelo Banco de Cabo Verde, na sequência da competência que lhe foi atribuída.

**3.2** As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

#### **a) Especialização de exercícios**

Os Proveitos e custos, das operações activas ou passivas, reconhecem-se de acordo





com o princípio contabilístico da especialização do exercício, sendo registados nas contas de resultados quando ocorrem, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os juros de crédito não pagos são anulados até um (1) dia após o vencimento dos mesmos e passam a ser contabilizados nas contas extra patrimoniais – Juros vencidos.

### **b) Transacções em moeda estrangeira**

Os custos e proveitos relativos às transacções em moeda estrangeira registem-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial. A posição cambial é reavaliada diariamente com base no câmbio médio do dia. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos nas rubricas de prejuízos ou lucros em operações financeiras, respectivamente.

### **c) Provisões**

#### **(i) Provisão para crédito**

Trata-se de uma provisão específica apresentada como dedução da rubrica “Créditos sobre clientes” e destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos a clientes que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou/e juros. Esta provisão é apurada mediante a aplicação de percentagens que variam em função da classe de risco do cliente de acordo com o Aviso 04/2006 e que entrou em vigor em 30 de Junho de 2007 do Banco de Cabo Verde relativo a classificação de operação de crédito e provisões. (Notas 13c e 22)

Com a entrada em vigor do Aviso 04/2006 acima referido foram anuladas todas as provisões para riscos gerais de crédito, contudo a provisão criada nos termos deste Aviso não poderá resultar inferior à que seria apurada em conformidade com o revogado Aviso 9/98, de 28 de Dezembro (nota 22).

#### **(ii) Fundo para riscos bancários gerais**

Para cobertura de outros riscos e contingências decorrentes da actividade, a Caixa possui, uma provisão genérica incluída no passivo na rubrica “Fundo para riscos bancários gerais”



#### d) Carteira de títulos

Atendendo às características e intenção quando da sua aquisição, a carteira de títulos da Caixa é classificada como títulos de investimento que são adquiridos com o objectivo de retenção por um período superior a seis meses.

#### e) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações incorpóreas correspondem principalmente a custos relacionados com implementação de novos sistemas de informação e de despesas em edifícios arrendados e são amortizadas segundo o método de quotas constantes.

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição e amortizadas com a aplicação das taxas constantes da Portaria nº 3/84.

### 7. OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO REEMBOLSÁVEIS NO ANO SEGUINTE

Em 31 de Dezembro de 2007, os montantes das Obrigações e outros títulos de rendimento fixo reembolsáveis no ano que se segue à data de encerramento do balanço são os seguintes:

#### De emissores – Residentes

Títulos de dívida pública	2007
- CVT080909A1	100.000
- CVT081215A1	75.190
<b>TOTAL</b>	<b>175.190</b>





## 10. CARTEIRA DE TÍTULOS

### Inventário da carteira de títulos em 31 de Dezembro de 2007: (Em Contos)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de Balanço
A. TÍTULOS - INVESTIMENTO				
Títulos de rendimento fixo - de emissores públicos				
De dívida pública cabo-verdiana				
- A médio e Longo Prazo				
Obrigações de Tesouro	226.556	10.000	2.265.560	2.265.560
De Outros Residentes				
- A médio e Longo Prazo				
Obrigações Electra Rendimento Fixo	323.854	1.000	323.854	323.854
Obrigações Electra Rendimento Variável	630.227	1.000	630.227	630.227
Obrigações de Tecnilil	200.000	1.000	200.000	200.000
<b>TOTAL</b>	<b>1.380.637</b>	<b>13.000</b>	<b>3.419.641</b>	<b>3.419.641</b>

No ano 2007 foram adquiridas Obrigações da Electra, no valor nominal de 1.000 escudos. Uma parte destas obrigações de rendimento fixo (323.854 contos) é subdividida em obrigações do tipo A, a uma taxa de 6,121% e do tipo B a taxa de 6,650%. As obrigações de rendimento variável (630.227 contos) são remuneradas a taxa Euribor a 6 meses mais 2%.

No decorrer desde ano foram compradas também Obrigações da Tecnilil de rendimento variável (200.000 contos) a valor nominal de 1.000 escudos, sendo as mesmas remuneradas a uma taxa Euribor a 6 meses, mais um spread de 2,216%.



## 11. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS

Os movimentos e saldos do activo imobilizado durante o exercício 2007 são como segue:

Descrição	Valor Bruto	Abate	Valor Actual	Amortizações Acumuladas Em 31/12/2007	Valor Líquido Em 31/12/2007
1-) Imobilizações Corpóreas					
Mobiliário e Material	102.172,52	0,00	102.172,52	58.251,86	43.920,67
Aparelhagem de som e imagem	3.203,90	0,00	3.203,90	1.268,91	1.935,00
Maquinas de uso Administrativo	50.124,17	0,00	50.124,17	25.309,40	24.814,77
Outras Maquinas	98.390,28	0,00	98.390,28	49.440,76	48.949,52
Equipamento Informático	248.925,62	15.358,22	233.567,40	114.599,97	118.967,43
De Agua, Electricidade e Gás	14.420,47	0,00	14.420,47	12.488,47	1.932,00
Equipamento de Transmissão	12.490,11	0,00	12.490,11	9.049,40	3.440,71
Equipamento de Ambiente	31.778,34	0,00	31.778,34	22.872,28	8.906,07
Diversas Instalações	26.601,25	0,00	26.601,25	18.857,15	7.744,10
Transporte Ligeiros	54.536,84	4.025,00	50.511,84	35.275,01	15.236,83
Transporte Ligeiros	12.620,00	0,00	12.620,00	9.484,33	3.135,67
Equipamento de Segurança Tipo A	13.341,17	0,00	13.341,17	6.873,11	6.468,06
Equipamento de Segurança Tipo B	20.800,32	0,00	20.800,32	10.425,40	10.374,92
Outro Equipamento	2.497,64	0,00	2.497,64	1.740,19	757,45
Património Artístico	1.414,59	0,00	1.414,59	0,00	1.414,59
Terrenos	6.251,78	0,00	6.251,78	0,00	6.251,78
Edifícios	178.810,05	0,00	178.810,05	38.249,67	140.560,37
Grandes Reparações e Beneficiações	9.940,59	0,00	9.940,59	4.319,01	5.621,58
Outros Imóveis – Edifícios	3.327,88	0,00	3.327,88	3.327,88	0,00
Outros Imóveis - Grandes Reparações e Beneficiação	2.981,00	0,00	2.981,00	1.291,77	1.689,23
<b>Total</b>	<b>894.628,53</b>	<b>19.383,22</b>	<b>875.245,30</b>	<b>423.124,56</b>	<b>452.120,75</b>
2-) Imobilizações Incorpóreas					
Sist. Trat.Autom.Dados- Software	164.379,18	0,00	164.379,18	89.048,90	75.330,28
Despesas Edifícios Arrendados	23.905,58	0,00	23.905,58	16.797,40	7.108,17
<b>Total</b>	<b>188.284,76</b>	<b>0,00</b>	<b>188.284,76</b>	<b>105.846,30</b>	<b>82.438,45</b>
3-) Imobilizações em curso					
Imobilizações Incorpóreas	7.699,20	0,00	7.699,20	0,00	7.699,20
Imóveis	115.884,89	0,00	115.884,89	0,00	115.884,89
<b>Total</b>	<b>123.584,09</b>	<b>0,00</b>	<b>123.584,09</b>	<b>0,00</b>	<b>123.584,09</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1.206.497,37</b>	<b>19.383,22</b>	<b>1.187.114,15</b>	<b>528.970,86</b>	<b>658.143,28</b>





As amortizações são calculadas pelo método de quotas constantes com base na portaria 3/84.

Durante o exercício de 2007 foram abatidos das imobilizações incorpóreas 29.699 contos e 152.630 contos das imobilizações corpóreas, sendo as mesmas completamente amortizadas.

### 13. OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

#### OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro esta rubrica tem a seguinte composição:

Aplicações em instituições de crédito No Estrangeiro	2007	2006
- Depósitos a prazo	257.896	1.520.369
- Depósitos para caução	183	183
	<u>258.079</u>	<u>1.520.552</u>

#### a) CRÉDITO SOBRE CLIENTES E PROVISÕES

O Aviso 04/2006 que entrou em vigor em 30 de Junho de 2007, introduziu uma profunda alteração na estrutura do crédito. Isto é, em quanto o aviso (09/98), revogado, considerava genericamente como crédito vencido somente as prestações efectivamente vencidas dum crédito, o novo aviso engloba a parte vincenda no crédito vencido.



**A rubrica crédito sobre clientes tem a seguinte composição:**

Crédito Interno	2007	2006
Crédito Normal		
- Habitação	5.454.955	6.080.500
- Investimento	2.014.829	2.340.017
- Pessoal	2.773.820	2.571.358
- Comercial	441.255	371.094
- Contas correntes caucionadas	2.173.674	2.310.379
- Descoberto em depósitos à ordem	213.298	177.848
	<b>13.071.832</b>	<b>13.851.196</b>
Crédito vencido		
- Habitação	1.407.207	50.280
- Investimento	990.979	383.293
- Pessoal	565.712	103.422
- Comercial	169.092	143.874
- Contas correntes caucionadas	155.689	13.577
- Descoberto em depósitos à ordem	51.703	93.622
	<b>3.340.382</b>	<b>788.068</b>
Juros vencidos	1.009	30.840
Total crédito	16.413.222	14.670.104
Provisões	(612.886)	(667.520)
	<b>15.800.336</b>	<b>14.002.584</b>

**Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a carteira de crédito da Caixa por prazos residuais até ao vencimento é a seguinte:**

	2007	2006
Até 3 meses	1.558.884	1.771.194
De 3 meses até 1 anos	1.489.905	1.578.843
De um ano a cinco anos	5.137.063	4.042.023
Mais de cinco anos	8.226.361	7.247.204
	<b>16.412.213</b>	<b>14.639.264</b>
Juros de crédito vencido	1.009	30.840
<b>Total</b>	<b>16.413.222</b>	<b>14.670.104</b>





**Em 31 de Dezembro o crédito vencido, por tipo de crédito repartia-se pelas seguintes classes:**

	Classe I	Classe II	Classe III	Classe IV	Classe V	Total
Habituação	928.577	307.883	151.230	18.413	1.104	1.407.208
Investimento	375.234	197.465	111.777	289.586	16.917	990.979
Pessoal	390.945	70.515	57.349	39.869	7.034	565.713
Comercial	85.058	37.219	19.136	25.929	1.750	169.092
Contas correntes caucionadas	145.223	0	6.670	3.795	1	155.689
Descobertos em depósitos à Ordem	133	10.585	2.885	9.399	28.701	51.703
<b>Total</b>	<b>1.925.170</b>	<b>623.667</b>	<b>349.047</b>	<b>386.990</b>	<b>55.507</b>	<b>3.340.382</b>
<b>Juros Vencidos</b>	<b>1.009</b>					<b>1.009</b>
	<b>1.926.179</b>	<b>623.667</b>	<b>349.047</b>	<b>386.990</b>	<b>55.507</b>	<b>3.341.391</b>

c) As provisões para crédito foram calculadas de acordo com o Aviso 04/2006 do BCV que entrou em vigor em 30 de Junho de 2007.

Para o efeito da constituição das provisões para risco de crédito, as operações de crédito foram classificadas por ordem crescente de risco e em conformidade com o artigo nº 10 do Aviso acima referido. As provisões são constituídas mensalmente em função dos atrasos no pagamento das prestações e das garantias das operações de crédito. As provisões foram calculadas aplicando aos saldos dos créditos em situação normal ou vencida as taxas predefinidas pelo BCV como se segue:

Classificação requerida perante atrasos		Classe	Sem Garantia
Atraso até 30 dias	A	I	1%
de 30 até 3 meses	B	II	5%
de 3 a 6 meses	C	III	25%
de 6 a 12 meses	D	IV	50%
mais de 12 meses	E	V	100%

Classificação requerida perante atrasos		Classe	Com Garantia (Real/Pessoal)
Atraso até 3 meses	A	I	1%
de 3 até 6 meses	B	II	5%
de 6 a 12 meses	C	III	25%
de 12 a 24 meses	D	IV	50%
mais de 24 meses	E	V	100%



Classificação requerida perante atrasos	Classe		Garantia (Real/não a invest.)
Atraso até 6 meses	A	I	1%
de 6 até 15 meses	B	II	5%
de 15 a 30 meses	C	III	25%
de 30 a 60 meses	D	IV	50%
mais de 60 meses	E	V	100%

Classificação requerida perante atrasos	Classe		Garantia Hipotecaria (a hab.Própria)
Atraso até 6 meses	A	I	1%
de 6 até 24 meses	B	II	5%
de 24 a 48 meses	C	III	25%
de 48 a 78 meses	D	IV	50%
mais de 78 meses	E	V	100%

**A provisão por crédito vencido constituída em 31 de Dezembro é a seguinte:**

	Saldo do crédito Vencido	Provisão para Crédito Vencido
Situação Normal	13.071.832	
Vencida CL I	1.925.170	20.224
Vencida CL II	623.667	39.817
Vencida CL III	349.047	96.607
Vencida CL IV	386.990	206.222
Vencida CL V	55.507	107.420
<b>Total</b>	<b>3.340.382</b>	<b>470.290</b>

Para além destas provisões, a Caixa procedeu a manutenção de 111.739 contos na rubrica das provisões acumuladas de acordo com o ponto 2 do artigo 10º do Aviso 04/2006 que estipula que a provisão criada nos termos do nº 1 deste mesmo Aviso não poderá resultar inferior à que seria em conformidade com a revogada regulamentação referida no artigo 21º do Aviso 09/98.

Foram também constituídas 30.856 contos de provisões relativas a um crédito em situação normal, mais que não tinha sido classificado na sua devida classe de risco em 31/12/07, totalizando nesta rubrica de provisões acumuladas 612.886 contos (Nota 22).





Durante o exercício de 2007, foram abatidos do activo (381.121 contos) de crédito que estavam totalmente provisionados e foram transferidos para as outras contas extra patrimoniais.

## 17. DÉBITOS PARA COM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E PARA COM CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 as rubricas e sub rubricas 1.b), 2.a) e 2bb) do passivo apresentam-se de forma seguinte:

### Débitos para com instituições de crédito

	2007	2006
Depósitos à ordem		
- Instituições monetárias	13.878	9.384
- Instituições financeiras não monetárias	82.150	119.584
	96.028	128.968
Empréstimos	330.795	726.596
Depósito a prazo		
- Instituições financeiras não monetárias	871	842
	331.666	727.438

Em Março de 2005, a Caixa contraiu um empréstimo junto da Internacional Finance Corporation no valor de 5 milhões de euros, por um período de 5 anos, a taxa de euribor a 6 meses, mais um spread 3,25%.



**Débitos para com clientes**

	2007	2006
Particulares - c/ cadernetas	2.784.805	2.955.997
<b>À vista</b>		
Sector Público Administrativo	661.071	675.195
Outros residentes	7.229.912	6.668.467
Emigrantes	1.077.423	820.943
	<b>8.968.406</b>	<b>8.164.605</b>
<b>A prazo</b>		
Sector Pública Administrativo	2.600	2.600
Outros residentes	5.357.848	4.298.913
Emigrante	6.618.184	6.421.890
	<b>11.978.632</b>	<b>10.723.403</b>
 Títulos - Títulos do Tesouro	 0	 108.000
 Cheques e ordens a pagar	 30.690	 11.946
 Empréstimos obtidos	 85.000	 96.666
De residentes		
 Micro-crédito	 76.509	 76.509
	192.199	293.121
	<b>23.924.042</b>	<b>22.137.126</b>

A rubrica Empréstimo obtida de residentes representa um empréstimo obtido junto do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o qual vence juros à taxa anual de 4%, sendo amortizável em 15 prestações anuais.

Este empréstimo visa a concessão de créditos aos trabalhadores do INPS, para aquisição de habitação própria, à taxa de juro de 8% e um período de reembolso de 25 anos, com um ano de carência.

A rubrica Micro-crédito refere-se ao Programa de Formação e Empréstimo a Micro-Empresas. (Nota 25)





## 22. MOVIMENTO DAS PROVISÕES

Os movimentos ocorridos nestas rubricas, durante o exercício 2007, podem ser resumidos como segue:

	Saldo em 31-12-2006	Reforços	Reposições	Utilizaç.	Saldo em 31-12-2007
Crédito, juros vencidos	667.520	972.207	645.720	381.121	612.885
Imobilizações financeiras	4.291			2.143	2.148
Riscos gerais de crédito	219.453	114.273	300.519	33.207	0
Fundo para riscos bancários gerais	7.590			3.433	4.157
	<b>898.854</b>	<b>1.086.480</b>	<b>946.239</b>	<b>419.904</b>	<b>619.190</b>

As provisões para riscos gerais de crédito de 1,5% do crédito em situação normal, incluindo o representado por aceites, garantias e avales foram anuladas com a entrada em vigor em 30 de Junho de 2007 do Aviso 04/2006.

A anulação da provisão para imobilizações financeiras é derivada dos últimos resultados positivos da empresa imobiliária cuja participação da Caixa é de 17.85%.

O fundo para riscos bancários gerais respeita a uma correcção de impostos relativos ao ano de 2005 acrescida duma multa e que foram contestadas aguardando uma decisão final.

## 23. CRITÉRIOS DE DISTINÇÃO ENTRE TÍTULOS DE NEGOCIAÇÃO E DE INVESTIMENTOS.

Os títulos de negociação e investimentos distinguem-se pelas características e intenção quando da aquisição. (Nota 3.2 d)



## 24. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2007	2006
<b>Activas</b>		
Proveitos a receber	124.125	90.981
Despesas com custos diferidos	1.314	771
Outras contas de regularização	31.881	57.272
	<b>157.320</b>	<b>149.024</b>
<b>Passivas</b>		
Custos a pagar	296.588	344.127
Receitas com proveitos diferidos	3.375	12.410
Outras contas de regularização	41.281	41.056
	<b>341.244</b>	<b>397.593</b>

A rubrica Proveitos a receber representa principalmente o valor dos juros especializados à data de 31 Dezembro de 2007, ou seja, os juros até ao final do exercício, quer a créditos concedidos ( 74.159 contos), quer a Obrigações do Tesouro ( 44.029 contos) e de depósitos (2.937 contos).

A rubrica Outras contas de regularização - Activas, inclui, ( 9.903 contos) referentes ao Economato (cheques, cadernetas, e material de escritório) ; (628 contos) Falhas de caixas; (674 contos) operação D/O e D/P das delegações a regularizar e 16.343 contos de operações de Western Union Off Line activo .

A Rubrica Custos a pagar inclui: (i) (230.127 contos) juros a pagar de depósitos; (ii) (20.942 contos) especialização de remuneração a pagar, nomeadamente subsídio de férias; (iii) (35.886 contos) especialização de custos administrativos e; (iv) (1.732 contos) referentes à especialização de juros do empréstimo do INPS e (iv) (7.809 contos) de empréstimos de instituições de crédito no estrangeiro.





A rubrica Receitas com proveitos diferidos respeita à especialização de: (i) juros antecipados do crédito concedido ( 3 contos ); e (ii) comissões sobre garantias prestadas ( 3.372 contos ).

A rubrica Outras contas de regularização – Passivo, inclui (18.043 contos) referentes as pendentes de compensação de valor em ATM's e (20.023 contos) de operações de Western Union Off Line Passivo.

## 25. OUTROS ACTIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro estas rubricas têm a seguinte composição:

Outros Activos	2007	2006
Devedres por remessas cambiais	43.092	62.987
Micro-Crédito	60.270	60.270
Estado - Bonificações	239.369	177.102
Linha de Crédito Micro-Empresas	5.234	5.234
Devedores por reembolso de despesas	2.660	260
Numismática e Medalhística	434	440
Aplic. p/ Recuperação de Crédito	5.624	5.624
Participação ao Fundo G.A.R.I.	4.023	4.023
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	11	13.762
Diversos	67.321	47.843
	428.038	377.545
	-200	-200
	<b>427.838</b>	<b>377.345</b>

O Saldo da rubrica Devedores p/ remessas cambiais – não residentes, correspondem às remessas efectuadas até 31 de Dezembro de 2007 e que ainda não tinham tido cobertura, até a data, por parte dos respectivos Bancos correspondentes.

A rubrica Micro-crédito revela o valor do Programa de Formação e Empréstimos a Micro-Empresas recebido da ACDI/VOCA, cujo protocolo de transferência definitiva de gestão foi celebrado em 24 de Fevereiro 2006.



A rubrica Estado-bonificações, refere-se aos valores a receber do Estado respeitantes a bonificações de juros, quer de depósitos emigrantes e de crédito.

A rubrica Diversos respeita, basicamente, a operações relacionadas com transferências Western Union a regularizar.

Outros passivos	2007	2006
Imposto industrial	196.376	91.071
Retenção de Imposto Único s/ Rendimento	43	412
Imposto de selo	137	3.444
Previdencia Social		584
Cobranças p/ conta de terceiros	0	15
Imposto de Rend. de capitais	12.694	7.856
Outros	24.579	20.677
	233.829	124.059

O Imposto Industrial refere-se ao imposto previsional sobre o Lucro de 2007 (164.588 contos) e um adicional relativo aos anos anteriores.

A rubrica “outros” regista o montante do prémio de produtividade a ser pago aos trabalhadores em 2008.

## 27. EFECTIVOS

Em 31 de Dezembro, o pessoal da caixa, de acordo com as funções exercidas, pode ser resumido de seguinte forma:

	2007	2006
Direcção Geral e Coordenação	10	9
Gerência e Chefias	24	22
Técnicos	29	26
Administrativos	125	110
Apoio Geral e Auxiliar	21	22
	209	189





## 28. ORGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

As remunerações auferidas pelos órgãos de gestão e fiscalização nos exercícios 2007 e 2006, ascenderam a 32.602 contos e 26.142 contos.

## 31. Juros e custos equiparados

	2007	2006
Juros de depósitos a prazo	488.644	510.519
Juros de depósitos à ordem	48.625	41.658
Juros de empréstimos obtidos	28.039	36.294
Juros de Bilhetes do Tesouro cedidos	1.198	10.774
Outros Juros	5.459	4.967
	<b>571.965</b>	<b>604.212</b>

A rubrica de juros de Depósito à ordem refere-se aos depósitos à ordem – conta caderneta. A rubrica juros de empréstimos obtidos regista os custos com os empréstimos contraídos junto da International Finance Corporation e do Instituto Nacional de Previdência Social.

## 32. Gastos gerais administrativos

Custos com Pessoal	2007	2006
Remunerações	232.223	200.086
Previdência Social		31.570
Outros Subsídios		25.683
Subsídio de Férias		15.793
Subsídio de Natal		15.675
Outros		7.441
	<b>345.390</b>	<b>296.248</b>



<b>Fornecimentos e serviços de terceiros</b>		
Serviços especializados	90.952	76.870
Encargos com ATM	61.823	60.139
Comunicações	44.869	44.238
Publicidade	49.472	33.391
Rendas e alugueres	15.235	10.268
Deslocações, estadas e representação	22.343	20.218
Água, gás e electricidade	19.707	17.688
Impressos e material de consumo corrente	20.264	23.857
Conservação e reparação	9.437	8.199
Encargos c/ formação do pessoal	8.994	8.411
Combustíveis	6.375	6.403
Contencioso e notariado	1.984	6.080
Seguros	7.718	7.660
Material de Informático	2.372	3.806
Outros	7.932	6.087
	<b>369.477</b>	<b>333.315</b>

### 33. Amortizações do exercício

	2007	2006
De imobilizações incorpóreas	25.727	9.205
De imobilizações corpóreas	81.478	78.227
	<b>107.205</b>	<b>87.432</b>





### 34. Juros e Proveitos equiparados

	2007	2006
Juros de crédito a médio e Longo prazo	1.233.148	1.010.376
Juros de crédito a curto prazo	173.571	189.428
Juros de Obrigações de Tesouro	143.567	94.497
Juros de mora	28.887	25.152
Juros de aplicação no estrangeiro	0	8.879
Juros de disponibilidades	43.776	51.448
Juros de aplicações no país	78	1.923
Juros de Bilhetes de Tesouro	7.468	13.214
	<b>1.630.495</b>	<b>1.394.917</b>

### 35. Comissões

Comissões	2007	2006
Sobre operações c/ o estrangeiro	130.985	138.089
Flat	90.384	62.936
Por garantias e avales prestados	35.677	20.256
Por serviços bancários prestados	52.354	37.827
	<b>309.400</b>	<b>259.108</b>

### 36. Outros proveitos de exploração

	2007	2006
Taxas de Serviço	47.148	41.014
Sobre cartões	7.376	6.249
Vendas de cheques e outros impressos	5.997	4.838
Avaliações	1.675	1.332
Rendimento de imóveis	227	142
Serviço de seguros	487	431
Outros	475	565
	<b>63.385</b>	<b>54.571</b>



### 37. Impostos sobre lucros

A Caixa está sujeito ao Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR) à taxa 30%. Sendo uma sociedade comercial cotada em bolsa, a Caixa beneficia a partir do ano passado, e por um período de 3 anos, duma redução de 15% dos seus rendimentos. O imposto previsional sobre lucros é de 164.589 contos em 2007, contra 91.071 contos em 2006.

### 38. Disponibilidades

	2007	2006
Notas e moedas nacionais	1.236.148	1.222.149
Disponibilidade mínima no Banco de Cabo Verde	3.475.401	3.642.596
	<b>4.711.549</b>	<b>4.864.745</b>

### Disponibilidade à vista s/ instituições de crédito

A composição desta rubrica é a seguinte:

	2007	2006
Depósitos no estrangeiro	1.485.339	800.277
Cheques a cobrar no estrangeiro	10.223	24.760
Depósitos no País	26.178	14.241
Cartões crédito a cobrar no Estrangeiro	767	1.542
Cheques a cobrar no país	4.944	1.800
	<b>1.527.451</b>	<b>842.620</b>





A rubrica Depósitos no Estrangeiro revela o contravalor em moeda estrangeira constituída em correspondentes estrangeiros, os quais apresentam a seguinte composição:

	2007	2006
Marine Midland Bank	328.941	158.196
Montepio Geral	364.384	3.507
ABN Amro Bank	20.904	92.801
Banque Nationale de Paris	69.338	69.821
Banque et Caisse D'Espargne de L' Etat	91.864	86.045
Banco Central Hispano	14.517	-
Caixa Geral de Depósitos	76.390	66.487
Commerzbank	372.859	45.685
Banco Português Investimento	60.603	9.688
Cassa Risparmio delle Provincie Lombarde	13.757	12.808
Credit Suisse	13.745	195.415
Natexis Banques Populaires	14.234	15.060
Den Danske Bank	22.337	3.214
Banco Espírito Santo	7.842	26.540
Skandinaviska Enskilda Banken	13.624	15.010
Citizens Bank of Rhode Island	-	-
	<b>1.485.339</b>	<b>800.277</b>

Os depósitos à ordem em moeda estrangeira encontram-se valorizados ao câmbio médio de divisas do último dia útil do exercício.

As rubricas a Cheques a cobrar, representam o montante existente em cheques sobre outras instituições, em 31 de Dezembro de 2007.



### 39. RESERVAS

	2007	2006
Reservas Livres	577.651	441.570
Outras reservas - BITS	246.249	246.249
Reserva p/ riscos s/ financiamento p/ empresas	167.520	167.520
Reserva Legal	223.781	195.901
Fundo de crédito para micro irrigação	15.000	15.000
Fundo GARI	3.823	3.823
	<b>1.234.024</b>	<b>1.070.063</b>

A rubrica Outras reservas – BITS, corresponde ao contravalor de USD 2.811.775 e decorre de um contrato de empréstimo obtido pela Caixa Junto de Skandinaviska Enskilda Banken, o qual visou o financiamento de um empréstimo a conceder pela Caixa a um mutuário cabo-verdiano. Tendo o governo sueco considerado o montante como ajuda ao desenvolvimento, portanto não reembolsável, o mesmo foi registado nas reservas.

A rubrica Reserva para riscos s/ financiamentos p/ empresas regista um subsídio concedido pela ACDI-Agricultural Cooperative Development International.

A rubrica Fundo de crédito para micro irrigação releva um subsídio atribuído pela ACDI- Agricultural Cooperative Development.

O acréscimo nas rubricas reservas livres e reserva legal decorre da aplicação dos resultados do exercício 2006.





## 40. RESULTADOS

	2007	2006
Resultado da actividade corrente	501.932	254.039
Perdas Extraordinárias	(3.619)	(9.104)
Ganhos extraordinários	138.447	125.394
Outros Impostos	(501)	(457)
Resultado antes do imposto sobre os resultados	636.259	369.872
Impostos sobre lucro	(164.589)	(91.071)
Resultado líquido	471.670	278.801

A rubrica perdas extraordinárias é composta principalmente de menos valias realizadas na alienação de equipamento informático aos trabalhadores da CAIXA.

Em quanto os ganhos extraordinários são formados essencialmente de proveitos de operação de recuperação de juros de crédito vencido nos anos anteriores.

O imposto sobre lucro foi calculado na base duma matéria colectável de 632.791 contos deduzido de 15% (Art.nº5-B.O nº44-17/11/1997 ) aplicando a taxa oficial de imposto de 30% agravado de 2% de 30% de imposto de incêndio.

## 41. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Contas extrapatrimoniais	2007	2006
Créditos documentários abertos	254.909	524.795
Garantias bancárias prestadas	1.531.557	975.068
	1.786.466	1.499.863



A pair of glasses with a dark frame and light-colored temples is positioned diagonally across the center of the image. The glasses are resting on a document that appears to be a financial statement or ledger, featuring various numerical entries and codes. A semi-transparent green rectangular overlay covers the central portion of the image, serving as a background for the white text. The document's text is printed in a light brown or tan color on a cream-colored paper. The overall composition suggests a theme of financial review, auditing, or fiscal oversight.

# RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

## RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Nos termos da lei e do Mandato que V. Ex.as nos conferiram, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da Caixa Económica de Cabo Verde, SA, relativos ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2007.

O Conselho Fiscal, mercê de uma actuação constante, acompanhou ao longo do ano os principais actos de gestão da CAIXA, quer através da sua presença nalgumas reuniões do Conselho de Administração, quer por esclarecimentos diversos prestados pelos Serviços Contabilísticos e Gabinete de Auditoria Interna, de quem recebemos o apoio conveniente ao desempenho das nossas funções.

O Conselho Fiscal entende que o Relatório e Contas 2007 apresentado pelo Conselho de Administração define com clareza a situação económica e financeira relative ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, estando em conformidade com os preceitos da legislação em vigor.

Salientamos que no exercício de 2007 foram alteradas as políticas de classificação do crédito a clientes e de constituição de provisão de acordo com o Aviso 04/2006 emitido pelo Banco de Cabo Verde, que introduziu uma profunda alteração na estrutura do crédito.

Em face das verificações a que procedemos, é nossa convicção que os resultados do exercício estão apurados com suficiente rigor e que o balanço representa de forma apropriada a situação patrimonial da CAIXA - Caixa Económica de Cabo Verde, S. A. em 31 de Dezembro de 2007

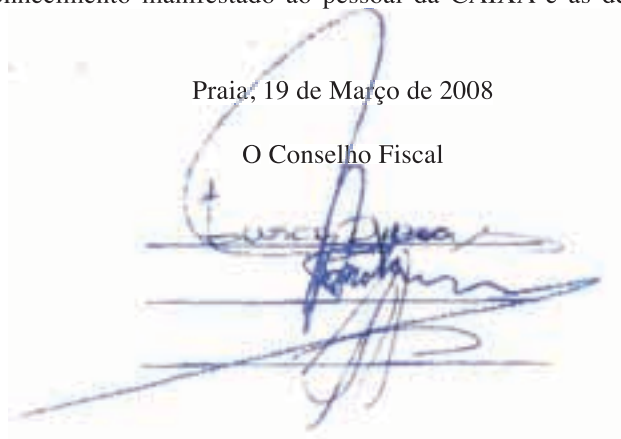
Pelo que antecede e face à apreciação do Parecer da Auditoria Externa apresentado ao Conselho de Administração pela empresa BDO CAPE AUDIT, Lda de que tomámos prévio conhecimento, pressupõe a concordância do sistema contabilístico com os preceitos legais e princípios contabilísticos geralmente aceites, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove:

1. O Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e Respectivo Anexo, relativos ao exercício de 2007.
2. A proposta do Conselho de Administração constante no relatório de gestão.

O Conselho Fiscal agradece a referência que lhe é feita no Relatório do Conselho de Administração e associa-se ao reconhecimento manifestado ao pessoal da CAIXA e às demais entidades que estão referidas.

Praia, 19 de Março de 2008

O Conselho Fiscal







**BDO CAPEAUDIT**  
Auditoria, Impostos  
e Consultoria

Rua Andrade Corvo, 30 Telefone: (238) 261 32 08  
Caixa Postal 63 Telefax: (238) 261 32 09  
Praia - Cabo Verde E-mail: bdo@bdo.cv

Exmo. Conselho de Administração da  
Caixa Económica de Cabo Verde, SA  
Praia

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da Caixa Económica de Cabo Verde, SA (adiante designada por CECV ou Caixa), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007, a Demonstração de Resultados referente ao exercício findo naquela data e o respectivo Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, que evidenciam um activo líquido de 26.984.660 contos e uma situação líquida de 2.053.694 contos, incluindo um resultado líquido do exercício de 471.670 contos, cuja elaboração é da responsabilidade do Conselho de Administração da Caixa. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre as referidas Demonstrações Financeiras com base na auditoria que realizámos. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em contos caboverdianos correspondendo um conto a um milhar de escudos caboverdianos (CVE).

2. O nosso exame foi realizado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, as quais requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos uma razoável segurança sobre se as Demonstrações Financeiras contém ou não erros ou omissões significativas. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da documentação de suporte dos valores e das informações constantes das Demonstrações Financeiras. Inclui também a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e das estimativas mais significativas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras consideradas na sua globalidade. É nossa convicção que a auditoria que realizámos constitui uma base razoável da nossa opinião.

3. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas, lidas com as notas explicativas que as acompanham, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira da Caixa Económica de Cabo Verde, SA, em 31 de Dezembro de 2007, bem como o resultado das suas operações referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Cabo Verde.

**BDO CAPEAUDIT**  
*BDO Capeaudit*

Praia, 7 de Março de 2008